



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 41**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 14 de dezembro de 2017**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos*

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes Votos:

[Voto de Pesar pelo falecimento de Nestor de Sousa.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Susana Costa (PS);

[Voto de Pesar pelo falecimento de Nestor de Sousa.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (PSD), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro Costa.](#)

Após a sua apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro Costa.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*);

[Voto de Pesar pelo falecimento de José Andrade Ferreira.](#)

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de José Andrade Ferreira.](#)

Após a sua apresentação pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego José Gonçalves Gomes.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*) e o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Jorge da Silva Oliveira.](#)

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), usou da palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Dionísio Maia (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Manuel Martins Louro.](#)

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), usou da palavra para intervir a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Macedo.](#)

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Mendonça Correia da Cunha.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*);

[Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco José Rodrigues Ferreira da Silva.](#)

Feita a sua apresentação pela Sra. Presidente, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Belmiro de Azevedo.](#)

O voto supracitado foi aprovado por maioria após ter sido apresentado pelo Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e de ter usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), o Sr. Deputado Francisco César (*PS*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*);

[Voto de Pesar pelo falecimento de José Pedro Reis.](#)

Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo António de Freitas Valadão.](#)

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Pesar pelo falecimento de João Neves San-Bento de Sousa.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*) usou da palavra o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), tendo merecido a unanimidade da câmara;

[Voto de Congratulação pelos prémios recebidos pelos queijos açorianos.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Rodrigues (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Congratulação pelos 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado André Bradford (*PS*), tendo merecido a unanimidade da câmara;

[Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário da presença da UMAR nos Açores.](#)

Apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Vitorino Nemésio.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Congratulação pela conquista do 3.º lugar a nível nacional de Vanessa Pamplona Silva.](#)

Após a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira (*PS*), tendo merecido a unanimidade da câmara;

[Voto de Protesto sobre a gestão do IMAR.](#)

Apresentado pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), usaram da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

[Voto de Protesto pelo reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), usou da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), tendo merecido a unanimidade da câmara.

De seguida, entrou-se na Agenda da reunião, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

[Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o Projeto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), proferiram intervenções o Deputado Carlos Ferreira (*PSD*), a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), a Deputada Zuraída Soares (*BE*), o Deputado André Rodrigues (*PS*) e a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*)

O diploma foi retirado pelo proponente.

Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 59/XI – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a cedência, à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), de parcela de terreno, na Ilha do Faial, da propriedade da Região Autónoma dos Açores, e a consequente celebração de um contrato de cooperação-valor investimento com o objetivo de assegurar o financiamento necessário à execução de obras de construção e edificação de um centro de atividades ocupacionais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), proferiu uma intervenção o Sr. Deputado Luís Garcia (PSD).

Colocado à votação, o pedido de urgência em apreço foi aprovado por unanimidade.

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 58/XI – “Recomenda ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo e o fim das ausências de carácter permanente e sem recurso a substituição do respetivo Conservador”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a justificação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução n.º 58/XI – “Recomenda ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo e o fim das ausências de carácter permanente e sem recurso a substituição do respetivo Conservador”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação do diploma em apreço pelo Deputado Paulo Estêvão (PPM), usaram da palavra os Deputados Iasalde Nunes (PS), André Bradford (PS) e Bruno Belo (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

[Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 60/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a vila da Povoação”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Justificada a urgência pelo Deputado António Lima (BE), proferiram seguidamente intervenções os Deputados António Almeida (PSD), João Ávila (PS) e a Deputada Graça Silveira (CDS-PP).

O diploma em apreço foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados António Lima (BE) e João Paulo Ávila (PS).

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de dezembro**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 17 horas e 11 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Vamos começar pela chamada.

**Secretário:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**João Paulo Ávila**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Susana Goulart Costa**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Manuel Silva **Almeida**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**António** Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**

**Catarina** Goulart **Chamacame Furtado**

**César** Leandro Costa **Toste**

**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

**Jaime** Luís Melo **Vieira**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

**Marco** José Freitas da **Costa**

**Maria** João Soares **Carreiro**

**Mónica** Reis Simões **Seidi**

**Paulo** Henrique **Parece** Batista

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

**Rui** Miguel Oliveira **Martins**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**



***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**João Paulo Valadão Corvelo**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes vamos dar hoje prioridade à apresentação e votação dos Votos de Pesar.

O primeiro Voto de Pesar, apresentado hoje, refere-se ao falecimento de Nestor de Sousa, é apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

**Deputada Susana Costa (PS):** Exma. Sra. Presidente, Exas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Membro do Governo:

**VOTO DE PESAR**

**PELO FALECIMENTO DE NESTOR DE SOUSA (1931-2017)**

Um homem de artes. É esta, talvez, a forma mais adequada para recordar a figura de Nestor de Sousa.

Nasceu na Ilha de S. Miguel, num contexto bastante interessante, a mãe chegou à Ilha de S. Miguel a 5 de julho de 1917, tinham passado apenas 24 horas do

ataque dos alemães à cidade de Ponta Delgada e foi este o motivo que fez com que Nestor de Sousa nasça nesta cidade micaelense em 1931.

É um ano de revolução nos Açores, elemento de irreverência que talvez também seja possível associar ao Professor Nestor de Sousa para quem o conheceu pessoalmente. Licencia-se em História na Universidade de Coimbra, vindo depois a realizar um Mestrado em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa. Esta educação mais formal é acompanhada por uma formação oficiosa artística, principalmente dedicada ao Teatro.

No seu regresso à ilha natal, Nestor de Sousa exerceu funções docentes no então Liceu de Ponta Delgada, passando depois a ser professor na nóvel Universidade dos Açores, onde lecionou várias disciplinas, sendo a sua especialidade a História de Arte. Para além desta sua atividade, docente e de investigador, Nestor de Sousa continuou ligado ao teatro, tendo fundado a Trupe da Universidade dos Açores e tendo assumido responsabilidades de encenador, ensaiador e protagonista.

Entre 1975 e 1985, exerceu funções de Director do Museu Carlos Machado (1975), dinamizou o Museu Municipal de Nordeste e colaborou em inúmeras iniciativas na área do património.

Aposentou-se em 2003 da Universidade dos Açores, mas continuou a sua actividade como investigador e como homem da cultura.

Morre a 23 de junho do presente ano de 2017, levando com ele o seu profundo espírito crítico, as suas amplas exigências perfeccionistas e um precioso sentido de humor, repleto de ironia, que apenas é apanágio de alguns.

Assim, é reconhecendo o contributo do Professor Nestor de Sousa para a cultura insular que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de pesar e que do mesmo seja dado conhecimento à sua família.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados**, Susana Costa, André Bradford, José Ávila, Isabel Quinto e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)*

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento de Nestor de Sousa, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

## **VOTO DE PESAR**

### **PELO FALECIMENTO DO DOUTOR NESTOR DE SOUSA**

No passado dia 23 de junho, faleceu Nestor de Sousa aos oitenta e cinco anos de idade, filho de João Cabral de Sousa e de Maria Idalina Carreiro de Sousa.

Nestor de Sousa fez os seus estudos liceais em Ponta Delgada. Licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra e fez o mestrado em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*. Foi professor provisório no Liceu Nacional de Santarém e extraordinário no de Tomar, onde criou e dirigiu um Centro Cultural. Durante a sua passagem por Coimbra, enquanto estudante, Nestor de Sousa fez teatro, no Teatro de Estudantes de Coimbra (TEUC), tendo participado em vários festivais não só em Portugal, como também, no estrangeiro. Esta sua paixão pelo teatro foi uma constante ao longo da sua vida. Nos finais dos anos 60, quando lecionou no Liceu de Santarém, Nestor de Sousa tomou a seu cargo a encenação do grupo de teatro, trazendo ao meio estudantil, daquela cidade, uma nova abordagem nas escolhas de autores e no estar em palco. Em Ponta Delgada, criou a Trupe da Universidade dos Açores, TRUNAC, tendo sido, simultaneamente, encenador, ensaiador e ator.

Regressou à Ilha de São Miguel, sua terra natal, em 1974. Foi professor do então Liceu Antero de Quental, hoje, Escola Secundária Antero de Quental e, também, docente da Universidade dos Açores desde a sua criação como Instituto Universitário até 2003, ano em que se aposentou. Na Universidade dos Açores, foi responsável pela disciplina de História da Arte, lecionação que acumulou com outras disciplinas. Durante anos, formou inúmeros professores e historiadores no âmbito da História da Arte e dos Estudos Clássicos.

No domínio da investigação da sua área académica, Nestor de Sousa tem artigos publicados em atas de congressos e colóquios nacionais e internacionais, em periódicos culturais regionais e nacionais, como a revista *Arquipélago - História* da Universidade dos Açores, catálogos de exposições artísticas, programas de espetáculos dramáticos e páginas de arte e cultura de jornais

açorianos. Tem, também, estudos publicados sobre algumas personalidades da arte regional, como Domingos Rebelo, Duarte Maia, Raimundo Machado da Luz e Canto da Maia, assim como também, de artistas contemporâneos, como Luís França, Álvaro Raposo de França e Urbano.

Por solicitação de entidades oficiais, elaborou «pareceres» relativos ao restauro e/ou reconversão de monumentos do património regional açoriano.

Em Ponta Delgada, paralelamente à sua atividade de docência, foi Diretor do Museu Carlos Machado de 1975 até 1985, altura que apresentou a sua demissão. Posteriormente, organizou o Museu Municipal de Nordeste, como Museu de história local, inaugurado em inícios de 1989.

Foi agraciado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, com o Diploma de Reconhecimento Municipal, quando das comemorações dos 469 anos de elevação de Ponta Delgada a cidade. Foi-lhe atribuída por esta assembleia, a insígnia autonómica de reconhecimento, em 2014.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa Regional a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Nestor de Sousa, devendo dele dar-se conhecimento à sua família, à Universidade dos Açores e ao diretor do Museu Carlos Machado.

Horta, sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados do PSD,** Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, refere-se ao falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa, é apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE PESAR**

#### **Pelo falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa**

De ascendência picoense, Paulino Costa, como era conhecido popularmente, nasceu a 9 de outubro de 1939 na cidade da Horta, Ilha do Faial, e faleceu no passado mês de julho.

Frequentou a Escola Primária da Matriz e o Liceu Nacional da Horta. Em 1960 ingressou nos quadros da Western Union Telegraph Company, como cabografista.

Em junho de 1968 passou a integrar os quadros da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, onde desempenhou funções em Lisboa (Rua Aurea) e na Filial da Horta. Em 1980, tendo sido promovido a Gerente, foi colocado nas Lajes do Pico quando abriu a 1ª Agência da CGD na ilha.

Na sua passagem pela cidade da Horta, foi Deputado na Assembleia Municipal da Horta, Vereador da Câmara Municipal da Horta e Administrador dos Serviços Municipalizados.

Foi eleito Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, pelo Partido Socialista entre 1985 e 1993.

É também durante a sua presidência que a Semana dos Baleeiros ganha uma nova dinâmica de semana cultural, desportiva e recreativa.

Foi ainda Diretor Adjunto do jornal “O Dever” de 1996 a 2003 e fez parte dos órgãos sociais de coletividades culturais, recreativas e humanitárias, tais como a Associação Cultural Padre José d’ Ávila, o Grupo Coral das Lajes do Pico – Associação Cultural, a Associação de defesa do Património da Ilha do Pico, o Centro Social Cultural e Recreativo da Silveira e Almagreira. Assumiu ainda o cargo de Presidente do Rotary Club do Pico e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lajes do Pico desde 2004.

Em 1988 foi distinguido com os diplomas de cidadão Honorário da cidade de Jackson, Mississipi e Cidadão Honorário do Estado de Utah.

Mais recentemente dedicou parte do seu tempo a escrever para alguns jornais locais e lançou o livro “U-Boats nos mares dos Açores” um trabalho que aborda a história da luta dos aliados com os submarinos alemães afundados nos mares Açorianos, como foi o caso do “U-581” ao largo do Pico, junto à costa da Candelária.

Foi recentemente agraciado pelo Município das Lajes do Pico com a Medalha de Mérito Municipal. O cidadão Paulino Costa foi uma personalidade com grande sentido do bem comum, da gestão pública, de rigor e da qualidade, de alguém com dimensão humana assinalável.

**Um legado assinalável, um testemunho cívico e político de um cidadão empenhado nas causas sociais e culturais da sua terra, que merece a mais profunda gratidão e que constitui um exemplo a seguir pelas novas gerações.**

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este Voto de Pesar, o qual deve ser dado conhecimento à sua

família, à Associação dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Horta, Sala de Sessões 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** André Bradford, Miguel Costa, José Ávila, Isabel Quinto e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Também referente ao falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa, desta feita apresentado pelo PSD, o próximo Voto de Pesar é apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de pesar**

#### **pelo falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa**

Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa nasceu a 9-10-1939 na cidade da Horta, ilha do Faial e faleceu no passado dia 11 de Julho.



Frequentou a escola primária da Matriz e o Liceu Nacional da Horta.

Entre 1960 e 1968 foi funcionário da Western Union Telegraph Company como cografista e na Western Union International Incorporated, como técnico.

Em junho de 1968 passou a integrar os quadros da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, onde desempenhou funções em Lisboa (Rua Aurea) e na Filial da Horta.

Em 1980 tendo sido promovido a Gerente, foi colocado nas Lajes do Pico quando abriu a 1ª Agencia da CGD na ilha, até 1985.

Na cidade da Horta foi Deputado na Assembleia Municipal da Horta, vereador da Câmara Municipal da Horta e Administrador dos Serviços Municipalizados.

Foi eleito presidente da Câmara Municipal da Lajes do Pico em 1985, tendo exercido essas funções até 1993.

Foi Director Adjunto do Jornal “O Dever” entre 1997 a 2003 e Presidente da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lajes do Pico de 2004 a 2017 altura da sua morte. Além de fazer parte dos corpos sociais de outras instituições, ser sócio de várias e contribuir ativamente na sociedade, destaco a sua colaboração no Rotary Clube do Pico, do qual foi Presidente, tendo sido mesmo vice-governador do distrito.

Mais recentemente dedicou parte do seu tempo a escrever para alguns jornais locais e lançou o livro “U-Boats nos mares dos Açores” um trabalho que aborda a história da luta dos aliados com os submarinos alemães afundados nos mares Açorianos, como foi o caso do “U-581” ao largo do Pico junto à costa da Candelária.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Paulino Carreiro Ribeiro da Costa, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados**, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Marco Costa, Jorge Jorge e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge reocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de José Andrade Ferreira, é apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE PESAR**

### **Pelo falecimento de José Andrade Ferreira**

Faleceu no passado mês de julho, em Lisboa, aos 68 anos de idade, o Eng. José Ferreira, como sempre foi conhecido.

Como grande homem do Pico, foi esta provavelmente a única luta que não conseguiu verdadeiramente vencer, a doença que o atormentava há vários meses.

Estudante de Coimbra, e também de Lisboa, formou-se em Engenharia Civil, voltando ao Pico para servi-lo da melhor forma, com competência, mas acima de tudo com grande paixão, especialmente ao serviço das Obras Públicas, tendo deixado a sua marca indelével em muitas obras, em quase todas as estradas, que hoje se revelam de um valor incalculável.

Além desta sua sapiência, esclarecimento e firmeza de convicções, foi uma das vozes mais brilhantes dos Açores e de Portugal. Senhor de uma voz poderosa e inconfundível, além das animações em muitos pequenos convívios, sobretudo entre amigos, abraçou muitos projetos musicais com grande brilhantismo.

Essa qualidade vocal foi espalhada pelo mundo, especialmente com participação como solista do Orfeão Académico da Universidade de Coimbra enquanto estudante e até há pouco tempo atrás, como solista do Orfeão dos Antigos Alunos da Universidade de Coimbra – Alma de Coimbra – que lhe prestou homenagem durante as cerimónias fúnebres.

O Pico perdeu uma das suas referências, que felizmente deixou um legado incalculável para muitas gerações.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este Voto de Pesar, o qual deve ser dado conhecimento à família, ao Orfeão dos Antigos Alunos da Universidade de Coimbra – Alma de Coimbra e ao Município da Madalena.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Horta, Sala de Sessões 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** André Bradford, Miguel Costa, José Ávila, Isabel Quinto e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PSD, refere-se também ao falecimento do Eng. José Andrade Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE PESAR

### **Pelo falecimento de José Andrade Ferreira**

Nascido em 1949, o ilustre Madalenense José Andrade Ferreira faleceu no passado dia 10 de julho.

Engenheiro Civil de formação, com um vasto curriculum na área de engenharia civil, desempenhou diversas missões públicas, ocupando o lugar de delegado da Obras Públicas da ilha do Pico.

Foi um cidadão ativo na salvaguarda do património natural e edificado na ilha do Pico, desempenhando uma importante função nos trabalhos técnicos que levaram à classificação da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

No plano regional deu um importante contributo para a criação do estatuto das vias terrestres da região.

Do seu trajeto pela Coimbra dos fados, onde foi estudante, fica a formação musical e a descoberta de uma voz incontornável do panorama musical dos Açores.

Nas suas interpretações destacam-se alguns dos hinos incontornáveis do cancionário açoriano como são a *Chamateia* e o *Boi do Mar*, fazendo ainda parte de diversos coros locais.

Intérprete multifacetado, fez parte do *Alma de Coimbra* desde a sua fundação, grupo com o qual cultivou proximidade e empenho até aos dias de hoje.

Figura incontornável da sociedade Picoense, nunca hesitou em manter um espírito crítico e construtivo, influenciando a gestão do ordenamento urbano das diversas edilidades da ilha do Pico, bem como perante os diversos órgãos do Governo Regional, com uma visão singular e reveladora de uma inteligência ambiciosa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º José Andrade Ferreira, do mesmo deve ser dado conhecimento à família e ao Município da Madalena.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, Marco Costa, Jorge Jorge e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, refere-se ao falecimento do Cónego José Gonçalves Gomes, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento do Cónego José Gonçalves Gomes**

Em 2 de outubro de 1940, após terminar o ensino primário na sua terra natal, matriculou-se no Seminário de Angra do Heroísmo, onde completou os cursos de Filosofia e Teologia. Em 1 de Junho de 1952, foi ordenado presbítero na Sé Catedral de Angra e, no dia 22 do mês seguinte, celebrou a Missa Nova, na Matriz das Lajes das Flores.

Foi nomeado cura da Matriz de Santa Cruz das Flores, da qual era pároco o padre Maurício António de Freitas, tomando posse em março de 1953. Para além do serviço sacerdotal, o padre José Gomes também integrou o grupo de professores que, em 3 de Outubro de 1959, criou o Colégio ou Externato da Imaculada Conceição, hoje, Escola Padre Maurício António de Freitas.

Em setembro de 1960 chegava à Fajã um novo pároco nomeado pelo então bispo de Angra, Dom Manuel Afonso Carvalho. Vinha substituir o antigo pároco, padre Manuel de Freitas Pimentel que durante quase quatro décadas paroquiou a mais ocidental paróquia açoriana e que se aposentava, assumindo também o serviço sacerdotal do lugar da Ponta da Fajã e aí se manteve até 10 de

Junho de 1965, data em que foi colocado na paróquia da Fazenda das Lajes, na mesma ilha.

O novo pároco que até então exercera a sua atividade sacerdotal como cura de Santa Cruz foi recebido na freguesia com pompa e circunstância e com agrado de toda a população.

José Gonçalves Gomes nasceu a 8 de setembro de 1926, na freguesia e concelho das Lajes, sendo filho de José Francisco Gomes, agricultor e de Luísa Gonçalves Gomes, doméstica, a qual juntamente com uma tia e uma irmã o acompanhou durante a sua estadia, por cinco anos, na Fajã Grande.

Em 27 de outubro de 1974, assumiu as funções de pároco da freguesia dos Biscoitos e das Quatro Ribeiras, da ouvidoria da Praia da Vitória, da ilha Terceira; e, em 11 de setembro de 1978, foi nomeado para a paróquia de São Bartolomeu. Também, durante cerca de seis anos, desempenhou com competência e dignidade as funções de Ouvidor de Angra do Heroísmo. Simultaneamente, em 5 de maio de 1984, passou a ser Pároco Consultor da Diocese. Durante seis anos, exerceu ainda o cargo de Presidente da Direção da irmandade de São Pedro ad vincula, que tem como objetivo ajudar os sacerdotes mais desprotegidos da diocese.

Em 27 de março de 1991, Dom Aurélio Granada Escudeiro, bispo de Angra nomeou-o Cónego do Cabido da Sé de Angra, como corolário da sua competência e da sua dedicação às atividades que profissionalmente exercera em prol da diocese.

Finalmente em 30 de abril do mesmo ano, foi nomeado ainda Chanceler da Cúria Diocesana, abandonando o serviço pastoral, passando a trabalhar na Cúria de Angra, cidade onde fixou residência e onde viveu até aos noventa e um anos de idade.

Sobre ele alguém escreveu: *Dedicado e trabalhador, cumpre com rigor as orientações da hierarquia, ao mesmo tempo que procura manter-se atualizado*

*relativamente às inovações da Igreja Católica. Devido ao seu feitio delicado e simples, mantém sempre um excelente relacionamento de convívio e amizade com as populações das localidades por onde tem passado, o qual poderá, eventualmente, ter sido prejudicado em virtude do seu precário estado de saúde. Possuidor de uma forte personalidade, sustenta ao mesmo tempo, um fino trato social, que lhe permite um relacionamento fácil e amistoso.*

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata apresenta este voto de pesar, pelo falecimento do Cónego José Goncalves Gomes, propondo que do mesmo seja dado conhecimento à sua Família, Diocese de Angra e ouvidoria das Flores.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados Regionais,** Duarte Freitas, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Bruno Belo

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(\*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

É com consternação que o Grupo Parlamentar do PS se associa a este Voto pelo falecimento do Cónego José Gomes, reconhecendo-lhe todo o grande mérito que ele teve no seu percurso sacerdotal.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Membro do Governo:

O Deputado do PCP associa-se ao pesar pelo falecimento do padre José Gomes, que foi um dos fundadores do Externato da Imaculada Conceição,



conjuntamente com o Padre Maurício, António de Freitas e com o Prof. Vitor Sequeira e a Prof. Lídia Frazão.

Homem de trato fácil, simpático, começou a exercer o seu mundo sacerdotal nas Flores, em Santa Cruz, altura em que foi professor no externato em 1959.

Havia terminado a sua missão nas Flores, na Fazenda das Flores, em 1974, altura em que foi transferido, pela hierarquia, para a Terceira, onde faleceu.

Durante a sua estadia na Terceira, por diversas vezes, passou férias na sua terra natal, as Flores, a qual amava profundamente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, refere-se ao falecimento do Dr. Luís Jorge da Silva Oliveira, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Membro do Governo:

### **VOTO DE PESAR**

Luís Jorge da Silva Oliveira nasceu em Ponta Delgada a 22 de novembro de 1943 e faleceu a 22 de agosto de 2017.

Frequentou o ensino primário e secundário na ilha de S. Miguel. Posteriormente, prosseguiu os seus estudos em Coimbra e Lisboa, formando-se em medicina.

Iniciou a sua atividade profissional como médico nos Hospitais Civis de Lisboa, terminando a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia com a classificação de Muito Bom com Distinção.

No início da década de oitenta do século passado, inicia a sua atividade no então Hospital de Ponta Delgada, tendo sido um dos primeiros médicos da sua especialidade naquela Instituição.

A sua atividade ficou desde logo marcada pela sua elevada competência e dedicação, fazendo parte de uma geração notável de médicos que, ao longo da década de oitenta, muito contribuíram para o desenvolvimento e diferenciação clínica do Hospital de Ponta Delgada, no caso presente na especialidade de Obstetrícia e Ginecologia, e bem assim, para o desenvolvimento da medicina hospitalar nos Açores e conseqüente melhoria da prestação de cuidados de saúde aos açorianos.

Em 1987 obteve o grau de Chefe de Serviço Hospitalar na sua especialidade.

Durante muitos anos exerceu as funções de Diretor do Serviço de Obstetrícia e Ginecologia do Hospital de Ponta Delgada bem como no Hospital do Divino Espírito Santo, correspondendo a um período de importante evolução tecnológica e organizativa daquele Serviço.

Foi um prestante cidadão que obteve o reconhecimento e o apreço dos seus conterrâneos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Luís Jorge da Silva Oliveira, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados**, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Mónica Seidi e Paulo Parece.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(\*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Dr. Luís Jorge Oliveira, Médico Ginecologista e Obstetra micaelense, homem de convicções e de saber, especialista reconhecido na nossa comunidade, foi responsável pela modernização do serviço de Ginecologia e Obstetrícia, no antigo e no atual Hospital de Ponta Delgada e contribuiu com o seu saber e humanismo para a evolução desta valência médico cirúrgica na Região Autónoma dos Açores.

Dirigiu o serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital do Divino Espírito Santo, agregando uma equipa que se foi diferenciando e acrescentando sempre valor à prática atualizada destas especialidades, contribuindo para a melhoria assistencial que hoje temos com impacto muito positivo na redução da mortalidade infantil na Região Autónoma dos Açores, da morbilidade associada à patologia ginecológica.

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto, endereçando a sua esposa, irmãos e restantes familiares, o seu pesar pela sua morte.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de Luís Manuel Martins Fernandes Louro, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a sra. Deputada Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

Luís Manuel Martins Fernandes Louro nasceu a 7 de outubro de 1947. Filho de José Louro, conhecido e inovador empresário terceirense, desde cedo desenvolveu uma estreita ligação com o mundo dos automóveis, setor onde exerceu várias atividades durante toda a sua vida profissional.

Sócio e gerente de algumas das mais importantes empresas concessionárias do setor na Terceira, bem como na sua ligação aos transportes terrestres de passageiros, Luís Louro foi um empresário de sucesso, inovador e sempre visando as melhores formas de atendimento, exposição e manutenção das várias marcas e serviços com que trabalhou.

Para lá da sua envolvência comercial com os automóveis, foi também ao nível dos desportos motorizados que se evidenciou.

No início da década de 1970. Foi diretor da primeira prova automobilística organizada pela então Associação de Desportos de Angra do Heroísmo, um Rali Paper. Nos anos seguintes, teve uma estreita ligação com o início daquele que seria o seu clube de sempre, o Terceira Automóvel Clube (TAC). Embora nunca tenha feito parte dos órgãos sociais da coletividade, Luís Louro foi um destacado sócio honorário, colaborando nas áreas social e desportiva, e até na edificação e ampliação da atual sede, com um empenho e um cuidado que ainda hoje motiva os maiores elogios nos mais 40 anos de história que leva o TAC.

Foi piloto nas provas que marcaram o arranque dos ralis na Terceira, ainda sem a legalização e o reconhecimento federativo, mas seria através de várias equipas que se notabilizou como responsável, nomeadamente as formações da Edinsula/Toyota e da Açorlanda/Renault, apoiando diretamente pilotos como Carlos Nunes, Joaquim do Carmo, José Eduardo Silva ou Luís Pimentel.

Trouxe sempre para os Açores os princípios orientadores das grandes equipas. E o melhor material possível. Era incessante a sua busca pela evolução técnica. Em 1993, a vontade expressa de ter no seu filho o expoente máximo dos ralis açorianos, teve o seu início oficial. Os seis títulos absolutos, e a notoriedade nacional de Gustavo Louro, que se iniciou no karting, comprovam a entrega de Luís Louro aos desportos motorizados. Ação que levou junto de todos quantos o abeiravam. E que motivou o reconhecimento público em inúmeras homenagens. No verão de 2017, a doença levou-o cedo demais. Fica a obra feita, daquele que será sempre um dos homens chave no desporto automóvel açoriano.

Assim, o grupo parlamentar do PSD/Açores na ALRAA, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Manuel Martins Louro

Que deste voto seja dado conhecimento à família de Luís Louro e ao TAC, Terceira Automóvel Clube.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e César Toste

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este Voto e é com igual pesar que queremos reforçar o sentimento e o valor de um terceirense que sempre viveu a

sua vida com espírito de dedicação, entrega e motivação ao desporto automóvel, quer como piloto, quer como responsável de diversas equipas que muito orgulho lhe deram.

Será sempre lembrado como homem de bem e estamos certos que estas são apenas algumas das muitas virtudes que perdurarão no tempo e na memória dos seus e da sociedade terceirense.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, vai ser lido por mim, a pedido do Partido Socialista, refere-se ao falecimento de Francisco Macedo, antigo Deputado desta Assembleia.

### **Voto de pesar pelo falecimento de Francisco Macedo**

Faleceu, no passado dia 16 de setembro, Francisco Amâncio de Oliveira Macedo.

Nascido a 13 de outubro de 1931, em Ponta Delgada, Francisco Macedo distinguiu-se, ao longo dos anos, como uma personalidade de referência nos meios de participação cívica, entre os gestores do setor financeiro e na sua ligação com os empresários e investidores, com quem se relacionou, sempre com a maior afabilidade e o maior sentido de responsabilidade.

Antes do 25 de Abril de 1974, Francisco Macedo nunca se privou de contribuir para a luta pela democracia no nosso País, destacando-se entre os católicos progressistas e no apoio à alternativa democrática.

Integrou o grupo de fundadores do Partido Socialista nos Açores, ao qual pertenceu até ao momento do seu falecimento, tendo sido um dos seus mais ativos dirigentes e interlocutores após o derrube da ditadura e no período de implantação do regime autonómico na nossa Região.

Fez, assim, parte da primeira geração de deputados da nossa Autonomia, eleito em 1976 para a então Assembleia Regional dos Açores, pelo círculo eleitoral da Ilha de São Miguel.

Ganhou, pela sua determinação e coerência, o prestígio que o fez ser reconhecido e apreciado, não só entre os seus mais próximos como entre os seus adversários políticos, inclusive nos tempos mais perturbados que tipificaram essa época, opondo-se sempre a todos os radicalismos.

Em fevereiro de 1952 ingressou na então Caixa de Crédito Agrícola de Ponta Delgada, entidade a quem, sem prejuízo da intervenção cívica de que nunca abdicou, dedicou toda a sua vida profissional. Pouco mais de uma dezena de anos depois, em 1968/1969, Francisco Macedo viria a ser nomeado Gerente e Diretor da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ponta Delgada e, desde então, foi o seu primeiro responsável, concitando, simultaneamente, a melhor resposta às necessidades de financiamento dos nossos agricultores e a confiança dos pequenos aforradores, ainda abalada pela crise que afetara o sistema financeiro na primeira metade do séc. XX.

Francisco Macedo liderou na Região o processo, pioneiro a nível nacional, de fusão das Caixas Agrícolas. A par da visão que deu ao Crédito Agrícola dos Açores, Francisco Macedo empenhou-se, como poucos, na criação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Direção da qual fez parte.

A sua ação como gestor, exercida e elogiada dentro e fora da Região, liderando a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, tornou-o, assim, num dos decisores que mais contribuiu para o investimento e a sustentabilidade de toda a fileira desse setor de atividade económica tão relevante nas nossas ilhas, seja no apoio aos agricultores, seja à agroindústria ou ao setor cooperativo.

Esse impulso, que lhe pertenceu, nunca impediu ou prejudicou a sua atenção à boa gestão da instituição financeira que dirigiu durante décadas, acautelando a sua solidez e resiliência num tempo de crises que atingiram devastadoramente o equilíbrio do setor bancário.

É, por isso, justificado que, o Órgão a que pertenceu - o Parlamento - e a Região a que profundamente se dedicou, lhe prestem a devida homenagem e o registem na memória dos açorianos mais empenhados do nosso tempo na consolidação do regime autónomico e do progresso económico e social que todos ambicionam.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os deputados subscritores propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de dezembro de 2017, manifeste o seu pesar pelo falecimento de Francisco Amâncio de Oliveira Macedo, transmitindo à sua família, aos seus colegas e colaboradores da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, bem como ao Partido Socialista, o registo do seu respeito pela memória do seu antigo deputado.

Horta, Sala das sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** André Bradford, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, Paulo Estêvão e João Corvelo

**Presidente:** Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.



**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar, refere-se ao falecimento do Eng.º José Gabriel Mendonça Correia da Cunha, é apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### VOTO DE PESAR

#### ENGENHEIRO JOSÉ GABRIEL MENDONÇA CORREIA DA CUNHA

O Engenheiro José Gabriel Mendonça Correia da Cunha, nascido em Lisboa a 25 de abril de 1927, faleceu no passado dia 13 de setembro, aos 90 anos de idade.

Possuía duas licenciaturas, uma em Agronomia, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, e outra em Geografia, pela Universidade de Lisboa.

Esta última licenciatura permitiu-lhe o contacto com Orlando Ribeiro, o grande mestre da Geografia portuguesa, inicialmente como aluno e depois como colega.

Na combinação entre os diversos saberes e tendo uma conceção holística de Geografia perfilhada, igualmente, pelo seu mestre Orlando Ribeiro, o Engenheiro Correia da Cunha traçou como um dos seus objetivos de vida *“tornar-se o pioneiro mais relevante da introdução da política pública de ambiente em Portugal.”*

Foi, como docente, o introdutor em Portugal dos estudos de Geografia aplicada e, como técnico de planeamento do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, o responsável pela definição geográfica das primeiras Regiões de Planeamento do país (1967).

Foi pioneiro da causa ambiental no nosso país e foi fundador e único Presidente, de 1971 a 1983, da Comissão Nacional do Ambiente, que pode ser considerada como a primeira instituição portuguesa responsável pela orientação de uma política pública de ambiente, e Presidente da Comissão de Saneamento Básico do Algarve.

Pugnou por uma maior consciência para a necessidade de assegurar um equilíbrio sustentável entre o crescimento económico e a vivência harmoniosa e sadia com a Natureza.

Foi eleito Deputado à Assembleia Nacional em 1969 integrado na “Ala Liberal”.

O seu pioneirismo nos 40 anos de política pública de ambiente em Portugal mereceu a homenagem que lhe foi prestada na Fundação Calouste Gulbenkian em abril de 2011.

Foi um cidadão distinto, exemplar e competente, que nunca voltou as costas aos desafios do serviço público.

Integrou o Primeiro Governo Regional dos Açores, como Secretário Regional Adjunto da Presidência, desde 2 de janeiro de 1979.

Com o sismo de 1 de janeiro de 1980, que assolou as ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, coube-lhe a tarefa de dirigir e coordenar o Gabinete de Apoio à Reconstrução, criado pela Resolução nº 2/1980 de 4 de janeiro e sediado na Terceira.

Em 1985, mais de 85% dos edifícios destruídos nas três ilhas estavam reedificados e com novas condições de segurança e sanitárias.

O êxito da reconstrução foi reconhecido internacionalmente num estudo americano realizado por uma vasta equipa chefiada pelo investigador Alexander Shephleigh, que a considerou “admirável”.

O Engenheiro Correia da Cunha, como passou a ser conhecido, era um homem de carácter forte, organizado e com sentido de desenvolvimento regional.

A lisura dos seus procedimentos granjeou-lhe o respeito, a admiração e o carinho de todos os técnicos, trabalhadores e colaboradores que com ele trabalharam e constituíram a equipa do referido Gabinete de Apoio à Reconstrução.

O Engenheiro Correia da Cunha ficará ligado para sempre à história dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro, que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro José Gabriel Mendonça Correia da Cunha, e dele seja dado conhecimento à sua Família.

Disse.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Domingos Cunha, André Bradford, José Ávila, Isabel Quinto e Francisco César

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

É com muita naturalidade que o PSD se associa a este Voto de Pesar, o que é também uma justa e merecidíssima homenagem a um homem que tem um currículo vastíssimo e que fala por si, que aqui foi muito bem apresentado pelo Deputado Domingos Cunha, e que se integra num conjunto de homens, de pessoas que tiveram um papel marcante e singular, numa época da mais difíceis que a Região conheceu, no final do século passado, que foi o sismo de 1980.

Foi um período muito complexo, mas foi um período em que a população da Terceira e das ilhas que também foram afetadas pelo sismo de 80, soube arregçar as mangas, soube pôr mãos à obra, soube dar de si, para si e para os

outros e pôr de pé tudo o que estava perdido por uma tragédia daquela dimensão.

O Eng.º Correia da Cunha, fez um papel de facto notável e foi pena que se calhar o exemplo do conhecimento adquirido e da forma como a tarefa de reconstrução foi executada no sismo de 1980 pelo gabinete de apoio à reconstrução, não tivesse sido replicada em outros infelizes acontecimentos mais recentes e que também se calhar mereceriam ter tido uma abordagem mais parecida com aquilo que se fez no sismo de 80.

Por isso é com toda a naturalidade que o PSD também se junta a esta homenagem e a este Voto de Pesar, a esta personalidade, a este homem que deu tudo o que tinha de si e o que podia num conjunto de tarefas muito difíceis e muito nobres que lhe foram sendo confiadas ao longo da sua vida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar será lido por mim, refere-se ao falecimento de Francisco José Rodrigues Ferreira da Silva, foi a pedido do PSD, é também um antigo Deputado desta Casa.

### **Voto de pesar**

#### **Francisco José Rodrigues Ferreira da Silva**

Francisco José Rodrigues Ferreira da Silva nasceu a nove de Novembro de 1940 e faleceu a cinco de Novembro de 2017. No seu percurso de vida foi

militar nas províncias ultramarinas e um cidadão ativo na sociedade civil envolvendo-se e dedicando-se às causas públicas de corpo e alma.

Enquanto militar serviu na guerra colonial em Angola entre cinco de Dezembro de 1963 a sete de Abril de 1966, era uma enciclopédia viva e com uma memória brilhante, sobre os acontecimentos dessa guerra e uma descrição primorosa dos diversos lugares por onde passou.

Pessoa de trato fácil, amistososo e cordial, ajudou muita gente durante o seu percurso de vida pública e dedicou-se a muitas causas para a sociedade da sua ilha e dos Açores. Foi presidente da Junta de freguesia das Lajes do Pico e vereador da Câmara Municipal das Lajes do Pico, presidente da Comissão Política de Ilha do PSD e deputado regional entre 1988 e 1992.

Agricultor de profissão, foi presidente da Associação Agrícola da Ilha do Pico e sócio fundador dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico.

Na sua juventude foi jogador de futebol distinto, notabilizando-se ao serviço do Clube Desportivo Lajense e do Fayal Sport Clube. Mais tarde dedicou-se ao treino e enquanto treinador orientou o Clube Desportivo Lajense, Vitória Sport Clube e Futebol Clube da Madalena. Enquanto treinador foi vice-campeão de Portugal do INATEL na época 1981/1982 com o Clube Desportivo Lajense e campeão regional dos Açores nas épocas 1981/1982 pelo Clube Desportivo Lajense.

Cidadão muito considerado e respeitado, tendo contribuído decisivamente para o desenvolvimento do seu concelho e da sua ilha. Foi um empreendedor e um lutador em prol do desenvolvimento do mundo rural e da valorização da agricultura e da floresta. A sua devoção ao serviço visando o bem-estar dos açorianos e o progresso das nossas ilhas irá repercutir-se nas gerações futuras.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto

de pesar pelo falecimento de Francisco José Rodrigues da Silva, do qual se deve dar conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados**, João Corvelo, André Bradford, Duarte Freitas, Paulo Estêvão , Artur Lima e Zuraida Soares.

**Presidente:** Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo CDS, refere-se ao falecimento de Belmiro de Azevedo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento de Belmiro de Azevedo**

É com profundo pesar que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores assinala o falecimento do empresário Belmiro de Azevedo.

Nascido em Marco de Canavezes, em 1938, era licenciado em Engenharia Química com especialização em gestão de empresas obtidas em instituições universitárias dos Estados Unidos da América.

Com o seu reconhecido empreendedorismo, a sua visão e a sua liderança, soube transformar a Sonae num grupo empresarial de referência em Portugal e prestigiar o setor empresarial nacional no contexto internacional.

Belmiro de Azevedo foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique em 2006.

Nos Açores contribuiu para a riqueza da Região, para o emprego de muitos Açorianos e para a promoção dos nossos produtos.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do empresário Belmiro de Azevedo.

Deste voto deve ser dado conhecimento à família.

**Os Deputados**, Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto, reconhecendo no Eng.º Belmiro de Azevedo um grande empresário dos finais do séc. XX e já séc. XXI, que deixou um contributo ao país e à Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O PCP vai abster-se neste Voto porque o que se quer votar não é o sentido de pesar de perda de um ser humano.

Em todo o caso, nós lamentamos, mas numa avaliação do papel que prestou como cidadão, não achamos que tenha sido o mais correto para o nosso País.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O PS considera, salvo raríssimas exceções, que se deve sempre associar aos votos de pesar que são aqui apresentados.

Neste caso, em particular, o PS irá associar-se também com gosto, porque é alguém que contribuiu muito para o tecido empresarial português, tem uma obra presente na área da comunicação social, comunicações, retalho, tem também um trabalho benemérito ao nível das fundações que estão relacionadas com a SONAE e a SONAE, a sua grande empresa, passou de uma pequena empresa para uma grande empresa a nível nacional e até a nível internacional.

Neste sentido, o PS expressa total solidariedade à família pelo seu falecimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O CDS apresentou aqui um voto de pesar de um cidadão chamado Belmiro de Azevedo, um grande empresário que transformou a SONAE numa grande empresa portuguesa, numa grande empresa internacional, que contribuiu para a economia do País, para o desenvolvimento do País e da Região, que contribuiu enormemente para o aumento das exportações de Portugal, que foi um exemplo de cidadania na sua vida cívica e que, portanto, acho que deveria merecer o reconhecimento de todos.

O CDS, pelo seu lado, não tem nenhum problema em reconhecer o mérito de quem quer que seja, seja ele de direita ou de esquerda e lamenta profundamente que a esquerda radical, empedernida e fossilizada, não seja capaz de reconhecer o mérito de um homem.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!



**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e uma abstenção do PCP.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é um voto também subscrito por todos os partidos desta Casa, refere-se ao falecimento de Zé Pedro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE PESAR**

### **Pelo falecimento de Zé Pedro**

José Pedro Amaro dos Santos Reis, conhecido como Zé Pedro, nasceu em Lisboa em Setembro de 1956, tornando-se músico, reconhecido guitarrista e fundador da banda de rock portuguesa *Xutos & Pontapés*.

O primeiro concerto realizou-se a 13 de janeiro de 1979, nos Alunos de Apolo, em Lisboa e entre as dificuldades do reconhecimento merecido e os momentos áureos, os *Xutos* são os porta-vozes de uma geração, dos seus anseios e expectativas, acabando por, na comemoração dos seus 20 anos de carreira, terem tido o reconhecimento de toda uma nação, que os concebia como um

símbolo, ostentando a bandeira portuguesa nos ombros, o lenço vermelho e os braços em forma de cruz.

Pela determinação de Zé Pedro, foi traçado um caminho novo na música Portuguesa que atravessou gerações - o que é notável num país muito fechado aos seus artistas.

E foi de lenço vermelho e braços em cruz, que Zé Pedro, Tim, Gui, Cabeleira e Kalú encheram pavilhões, coliseus, estádios de futebol, praças – grandes e pequenos espaços. Também, assim, tocaram em 8 ilhas dos Açores, levando ao rubro uma, duas e até três gerações.

Zé Pedro, com uma enorme simplicidade, deixa na música popular e no rock uma marca inestimável, não apenas enquanto músico, mas também como divulgador de centenas de bandas e projetos que, com o seu contributo, se apresentaram em palco, em disco ou na rádio.

Nunca se alienou do seu compromisso cívico, tendo estado presente em lutas determinantes contra a guerra, pela descriminalização da IVG, em defesa dos direitos sociais e pela luta do bem-estar animal.

Em 2004, os Xutos foram condecorados pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com a Ordem de Mérito.

Apesar de, em 2011, ter tido conhecimento da sua doença, Zé Pedro não se rende e, mais uma vez, luta, porque desconhecia a palavra ‘submissão’. Poucos dias antes da sua morte, volta aos palcos, no Coliseu de Lisboa e leva ao rubro o público sempre fiel. Agradece-lhes, em publicação no *Facebook*, “O vosso carinho, o vosso amor, a vossa energia, toda a força que me transmitem é-me tão forte e vital que só posso humildemente agradecer.... Obrigado ...”.

Nas palavras de Mariana Colaço (sobrinha mais velha e afilhada de Zé Pedro), lidas no seu velório, “(...)Imagino-te, onde estiveres, com esse sorriso que é o teu super poder, a comer mousse de chocolate, a beber uma cervejinha fresquinha(...), a ver todos os concertos que queres, em qualquer parte do

mundo, todos os filmes, saberes todas as histórias e viveres todas as aventuras(...). Dói-me profundamente que deixes de ser nosso, mas este mundo é teu e chegou a altura de ires (...)”.

Assim, nos termos Estatutários e Regimentais, os Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifestam à Família, Amigos/as e aos Xutos e Pontapés o mais profundo pesar pelo desaparecimento de Zé Pedro.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Zuraida Soares, André Bradford, Duarte Freitas, Paulo Estêvão, João Corvelo e Rui Martins.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Pesar é também subscrito por todos os partidos desta Assembleia, aliás como os dois anteriores que também foram lidos por mim, refere-se ao falecimento de Paulo António Freitas Valadão, antigo Deputado desta Casa, que passo a ler.

## VOTO DE PESAR

## PAULO ANTÓNIO FREITAS VALADÃO

Paulo António Freitas Valadão nasceu na freguesia dos Cedros, concelho de Santa Cruz das Flores, em 6 de Junho de 1949. Frequentou o Externato da Imaculada Conceição em Santa Cruz das Flores até ao antigo 5º ano dos liceus. Frequentou e concluiu o Curso do Magistério Primário na Escola do Magistério da Horta entre 1966 e 1968. Em 1969 completou o antigo 7º ano dos liceus no Liceu Nacional da Horta, matriculando-se seguidamente na Escola Superior de Medicina Veterinária – Universidade Técnica de Lisboa.

Em Lisboa, enquanto cursou Medicina Veterinária, exerceu as funções de professor do Ensino Primário. Na Universidade participou ativamente no Movimento Associativo Unitário, tendo sido membro da Direção da Associação de Estudantes de Medicina Veterinária. Concluiu a licenciatura em Medicina Veterinária em 1975 e regressou à ilha das Flores em 1976, continuando a exercer funções de professor primário até 1979, ano em que ingressou nos quadros da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, tendo desempenhado as funções de Chefe de Serviços Veterinários das Flores até ser eleito Deputado Regional.

Foi Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros, sua freguesia natal, funções para as quais foi eleito pelo Plenário de Cidadãos Eleitores. Foi também eleito deputado municipal pela CDU na Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores durante vários mandatos. Era membro do Conselho de Ilha das Flores. Nas últimas eleições autárquicas foi eleito vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, funções que exercia à data do seu falecimento.

Em Outubro de 1988, Paulo Valadão foi eleito Deputado Regional pelo círculo eleitoral da Ilha das Flores nas listas da CDU, sendo reeleito em 1992, 1996 e 2000, exercendo funções de Deputado Regional do Partido Comunista Português na Assembleia Legislativa Regional dos Açores nas IV, V, VI e VII

Legislaturas, tendo exercido as funções de líder parlamentar e pertencido a diversas Comissões Permanentes e às principais Comissões Eventuais.

Para além de diversos artigos que ao longo da sua vida publicou na comunicação social local, regional e nacional, em 2004 publicou a obra “Quebrar o Isolamento – para um desenvolvimento sustentado da Ilha das Flores”.

O contributo de Paulo Valadão para a luta do PCP e da CDU nos Açores foi de uma enorme importância no plano político regional em geral, bem como no plano institucional, sendo o seu contributo relevante quer para a normalização da vida democrática, quer para a clarificação do funcionamento do Sistema Autónimo, quer para a criação de mecanismos justos de compensação pelos custos da insularidade, quer ainda para a resolução de problemas muito agudos na ilha das Flores e outras Ilhas muito isoladas bem como para a dignificação e valorização das mesmas.

Em 2016, face aos seus contributos em prol da Região Autónoma dos Açores, foi agraciado com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento.

A firmeza e frontalidade com que defendia as suas convicções nunca foi impeditiva, bem pelo contrário, de um diálogo franco e profícuo com outras forças políticas, nem obstáculo a entendimentos que visassem o desenvolvimento, o progresso e a melhoria das condições de vida das populações, com especial destaque para as camadas mais desfavorecidas.

Assim, e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um voto de pesar pelo falecimento de Paulo António Freitas Valadão.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017

**Os Deputados Regionais,** João Corvelo, André Bradford, Duarte Freitas, Paulo Estêvão, Artur Lima e Zuraida Soares.

**Presidente:** Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O último Voto de Pesar refere-se ao falecimento de João Neves San-Bento de Sousa, é apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE PESAR**

#### **Falecimento de João Neves San-Bento de Sousa**

Faleceu no passado dia 30 de novembro, João Neves San-Bento de Sousa, com 78 anos de idade, conhecido por João San-Bento por muitas pessoas que o estimavam e consideravam. Nasceu a 22 de outubro de 1939, na freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada. Terminado o curso de Contabilidade e Gestão, na antiga Escola Industrial de Ponta Delgada, agora Escola Secundária Domingos Rebelo, ingressou na Federação Elétrica (atual EDA), onde se manteve até 1960, ano em que, na Escola Prática de Lamego, se incorporou no curso de Caçadores Especiais, mais tarde conhecidos pelos Comandos. Nesta qualidade fez parte da companhia de Caçadores Especiais 115, que viria a tornar-se no primeiro contingente de tropas portuguesas a ser mobilizado para a Guerra do Ultramar em Angola, onde esteve no teatro das operações de guerra entre 1961 e 1963. Neste ano, de volta aos Açores, em 28 de dezembro casa com Margarida Melo da Silva e depois é pai de dois filhos: a Maria Margarida e José Carlos.

Entre 1963 e 1965 como funcionário das finanças exerce em Cantanhede, no distrito de Coimbra, regressando em 1965 a São Miguel onde ingressa na SATA Air Açores. Após o 25 de abril de 1974, como funcionário da SATA assume igualmente um papel destacado como dirigente sindical e Presidente da direção do SITAVA Açores. No ano da revolução dos cravos, torna-se militante do Partido Socialista dos Açores onde se manteve até ao fim da sua vida, tendo exercido diversos cargos de cariz regional, de ilha e concelhio até 2003 ano em que se retirou da atividade partidária mas nunca da militância socialista.

Depois de uma primeira candidatura, em 1979 na lista do Partido Socialista dos Açores à Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 1982, assume o cargo de vereador da oposição nesta autarquia e é candidato pelo Partido Socialista dos Açores, em 1985, à Presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

No ano de 1984, integra a administração executiva da SATA Air Açores como membro eleito pela Comissão de Trabalhadores, cargo ocupa até 1989. Nesta mesmo ano, é o número dois de Mário Machado, então Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e em 1992, João San-Bento assume a presidência desta edilidade

Entre 1992 e 1993, destacou-se, como autarca, anos em que foi Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, bem como pelos dezassete anos em que desempenhou a função de vereador nesta mesma autarquia, onde também foi presidente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e ainda, presidente da Assembleia Municipal da Câmara de Ponta Delgada, cargo que ocupou até aos 70 anos de idade. A sua trajetória de vida pública ficou marcada pela sua sensatez, entrega ao serviço público, firmeza, permanente preocupação e defesa dos mais carenciados.

Apaixonado pela maresia açoriana, João San-Bento foi pioneiro nos Açores ao nível do desporto náutico, tanto na prática de mergulho e de caça submarina, modalidade que praticou até aos 67 anos de idade, como na dinamização de

várias modalidades: vela, jet-ski e Big Game Fishing, todas promovidas no “seu” Club Naval de Ponta Delgada. Em 2003, no centenário desta insigne instituição náutica e desportiva, é-lhe atribuído o mais elevado título do Club Naval de Ponta Delgada, por deliberação da sua Assembleia Geral, sendo João San-Bento um dos poucos Comodoros nomeados até hoje. Inclusive nos derradeiros anos da sua intensa vida, esteve ligado ao Clube Naval de Ponta Delgada, designadamente, à Confraria do Marujo.

Generoso, tolerante no trato e paladino do poder autárquico democrático, o emblemático socialista João San-Bento foi sobretudo um Homem de inquebrantáveis convicções, de nobreza de carácter e frontalidade, que sempre se opôs a consciências turvas e envilecidas. João San-Bento salientou-se, assim, como um homem bom e amigo, dos que nas despedidas amargas nos preparam para as saudades que deixam. Aqui deixamos o preito à sua memória.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de João Neves San-Bento de Sousa, do qual deve ser dado o devido conhecimento institucional à sua Família.

Muito obrigado.

Disse.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017

**Os Deputados,** José Contente, Francisco César, Francisco Coelho, André Bradford, Susana Costa e Sónia Nicolau e José San-Bento

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.



(\*) **Deputado António Marinho (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pessoas em relação às quais não são necessárias muitas palavras para granjearem o nosso respeito.

Poucas vezes estive com o Sr. João San-Bento, poucas palavras troquei com ele, mas foi uma pessoa que aprendi a respeitar e a admirar de forma profunda, desde logo como pessoa, simplesmente como pessoa, mas também pelos grandes serviços que prestou à comunidade, como entusiasta do mar e não só, como amante da natureza em geral lembro-me de me encontrar com ele no monte escuro, os dois à caça, nos momentos em que fui caçador e em que ele me ensinou os sítios onde estava a caça adequada e também pela sua participação ativa no associativismo, que já foi relevado pelo Sr. Deputado José Contente, no âmbito do Clube Naval.

Aprendi a admirá-lo e respeitá-lo como político também, como autarca, como um político incisivo, determinado e defensor das ideias em que acreditava e em que mostrava uma convicção muito profunda, por isso podemos considerar que o Sr. João San-Bento era um democrata de corpo inteiro e um enorme prestador de serviços à comunidade.

É por isso que nos juntamos de forma muito sentida a este Voto de pesar, expressando os nossos mais sentidos pêsames à sua família e em particular (deixem-me dizer assim) ao José Carlos San-Bento, seu filho e companheiro inseparável.

**Deputado José San-Bento (PS)**: Obrigado!

**Presidente**: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

*Eram 11 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço então que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade à apresentação dos Votos.

*Eram 12 horas e 09 minutos.*

Passamos agora à apresentação dos Votos de Congratulação.

O primeiro refere-se aos prémios recebidos por queijos açorianos, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **Prémios recebidos por queijos açorianos**

Decorreu recentemente na Feira Internacional de Lisboa a nona edição do concurso “Queijos de Portugal 2017”, organizado pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL).

Este concurso tem como objetivos principais “estimular o desenvolvimento da indústria queijeira nacional, promover e divulgar o queijo português de qualidade e a sua diversidade, reforçar a notoriedade e aumentar o reconhecimento do mesmo junto do consumidor”.

Este concurso é uma referência nacional que vem premiando, ano após ano, o que de melhor se faz em Portugal neste domínio. Prova disso é o aumento do número de queijos a concurso que se tem verificado desde o seu início em 2009: nessa edição participaram 57 queijos e este ano 193, de entre os quais 20 dos Açores.

Os queijos a concurso são alvo de uma avaliação técnica e objetiva por parte de um painel composto por 20 jurados, representantes dos setores queijeiro e gastronómico, dos organismos de controlo e certificação, de instituições de ensino, da restauração e distribuição, dos meios de comunicação social e de consumidores.

Mais uma vez a qualidade dos nossos queijos ficou bem patente neste concurso com dois queijos açorianos premiados como os melhores nas suas categorias e cinco a receberem menções honrosas.

Na categoria de “Queijo Ilha” o vencedor foi o queijo dos Lourais da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais.

Na categoria de “Queijo Vaca Cura Normal” o queijo prato “Ilha Azul” da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF) foi o vencedor.

Neste concurso receberam menções honrosas os seguintes queijos açorianos: o Queijo “Capelinhos” da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, o Queijo “Morião” da Quinta dos Açores, o Queijo Ilha “Beira” da Uniqueijo, o queijo de “São Miguel” da Unileite e o queijo para barrar “Valformoso Ervas e Alho” da Insulac.

Estes prémios nacionais comprovam mais uma vez a qualidade dos nossos queijos e as suas potencialidades, o que urge valorizar no mercado e com isso obter maiores rendimentos para os nossos produtores de leite.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos prémios alcançados pelos queijos açorianos na nona edição do concurso nacional “Queijos de Portugal 2017” promovido pela Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios (ANIL), felicitando quem os produz desde os produtores de leite aos dirigentes e funcionários das respetivas indústrias.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, à Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, à Unileite - União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de São Miguel, à Uniqueijo – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, à Insulac – Produtos Lácteos Açoreanos, à empresa Quinta dos Açores e à Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Pedroso, Luís Garcia, Carlos Ferreira e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação pelos prémios que os queijos açorianos receberam no concurso

“Queijos de Portugal 2017”, promovido pela Associação Nacional dos Industriais de Laticínios.

É sempre motivo de satisfação ver reconhecida a qualidade dos nossos produtos em concursos nacionais e internacionais que têm sido recorrentemente premiados sendo estes prémios também um contributo para aumentar e reforçar a notoriedade dos nossos queijos.

Estes prémios são também o reflexo do trabalho e da dedicação dos nossos produtores, do seu investimento na modernização das suas explorações e na melhoria da qualidade de leite entregue nas indústrias.

Também é o reconhecimento do trabalho feito pelas indústrias na modernização das suas infraestruturas e na melhoria das suas condições de laboração e transformação de leite açoriano em produtos de qualidade reconhecida.

Também é o reconhecimento do trabalho do Governo Regional dos Açores, em conjunto e em parceria com todo o setor (produtores, associações e indústria), de forma a garantir melhores condições em toda a fileira do setor, com o aumento da sua competitividade e o aumento do valor dos nossos produtos, sempre com o intuito de aumentar o rendimento dos nossos produtores.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira

Em 1942, o Instituto Histórico da Ilha Terceira é criado com vista a promover o estudo da história e das tradições das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, garantir a proteção e conservação dos monumentos, obras de valor artístico ou histórico, arquivos, documentos, e em matéria de etnografia promover o estudo da linguagem e das manifestações literárias e artísticas populares bem como dos usos e costumes das referidas três Ilhas.

Colmatando uma lacuna cultural que se fazia sentir esta instituição académica, cultural e científica da ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo, constituída por homens liderados por Luís Ribeiro e José Agostinho assumiu a responsabilidade pessoal no campo da cultura.

A sua criação foi inovadora, criando-se no ano seguinte o Instituto Cultural de Ponta Delgada e, alguns anos mais tarde, o Núcleo Cultural da Horta.

Com sede numa dependência do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo, o instituto teve um papel preponderante na criação da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, Museu de Angra do Heroísmo e no processo de classificação do centro histórico de Angra do Heroísmo como Património Mundial pela UNESCO.

75 anos, 75 boletins, onde se incluem, fundamentalmente, estudos de História e Etnografia, e se publicam documentos julgados de interesse relativamente a estas áreas. Na sua atividade editorial é destacada a publicação de "Fenix Angrence" de Manuel Luís Maldonado com leitura e transcrição do manuscrito seiscentista por Helder Parreira de Sousa Lima em três volumes.

No seu historial em acção crescente tem promovido diversos colóquios, destacando-se em 1999, o V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico subordinado ao tema "O Papel das Ilhas do Atlântico na Abertura do Contemporâneo", integrado numa série que envolve as Canárias, os Açores ou a Madeira.

A partir de 1991 passou a funcionar no seio do Instituto o Centro UNESCO dos Açores, o que veio permitir uma abertura maior ao público através da promoção de conferências periódicas e o concurso de colaboradores válidos. Em 2014 o mesmo centro foi reativado num protocolo da Comissão Nacional da UNESCO. O Instituto acompanhou o evoluir dos tempos reformulando os seus estatutos e o regulamento interno em 1985 e 2014 de maneira a adaptá-los à nova realidade autonómica e preservando os pilares da sua constituição.

Num regime de voluntariado e enfrentando todos os desafios e exigências continua a dar um contributo inestimável à cultura açoriana seguindo atentamente os passos da nossa história, fomentando o estudo da História e da Etnografia, promovendo a defesa do Património, ajudando na preservação dos princípios institucionais e legais da Zona Classificada de Angra do Heroísmo e estudando a situação geopolítica e geoestratégica dos Açores no contexto dos interesses da Região Autónoma e da política externa portuguesa.

Enfim, mais do que congratular é agradecer o seu papel na construção da memória açoriana!

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD AÇORES propõe um voto de congratulação ao Instituto Histórico da ilha Terceira, pela comemoração do 75.º aniversário.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Instituto Histórico da Ilha Terceira, Município e Assembleia Municipal da Praia da Vitória e Município e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 14 dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, César Toste e Mónica Seidi

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do PS, associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido pelo Instituto Histórico da ilha Terceira e a relevância que tem para ilha, mas também para os Açores em geral, e informa a câmara que tem um voto de idêntico teor preparado, que não foi desta feita apresentado porque foi nosso entendimento, a partir do momento em que soubemos que o Governo Regional tinha uma comunicação a fazer a esta Assembleia, que devíamos optar por entregar apenas os Votos de Pesar, reservando outro tipo de votos para uma circunstância futura, para permitir que o Governo fizesse então a sua comunicação a esta Assembleia.

Foi por esta razão que este voto não foi agora apresentado, será em próximo Plenário.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 25.º aniversário da presença da UMAR nos Açores, é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO

### 25.º Aniversário da presença da UMAR nos Açores

A *UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta*, foi criada em 1976, em Lisboa, como associação de cariz feminista, tendo como principais objetivos a defesa dos direitos das mulheres na lei e na comunidade e a promoção da igualdade de género.

Há precisamente vinte e cinco anos, em 1992, foi criada uma delegação nos Açores, na ilha de São Miguel.

No ano 2000, foi criada uma delegação na ilha Terceira e em maio de 2002 foi implementada uma delegação na ilha do Faial.

Ao longo deste período de tempo, a Instituição construiu um trabalho de elevado mérito nas suas áreas de atuação, podendo destacar-se, ainda na década de 90 do século passado, o projeto GINFORME (Formação para Mulheres) e mais tarde o projeto SOS Mulher, em 1997, cuja linha de apoio continua a ser assegurada, constituindo um recurso essencial, enquanto linha de apoio com abrangência regional e a prestar este serviço 24 horas por dia.

Em 2005, a UMAR abriu na ilha do Faial uma Casa Abrigo, valência de inestimável valor no apoio às vítimas de violência doméstica e seus dependentes, constituindo-se como um recurso indispensável para as vítimas de violência que necessitam de abandonar as suas casas para romper a relação com o agressor e fazer cessar a situação de abuso.

O crescimento da atividade do organismo nesta região autónoma, conduziu à criação, em 2008, da *UMAR Açores- Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres*, com identidade jurídica própria, permitindo a agilização dos processos decisórios e a maximização dos recursos, capacitando a instituição para corresponder de forma mais adequada aos desafios que se lhe colocam.

Na sociedade açoriana dos nossos dias, a UMAR assegura a Linha de Apoio SOS-Mulher, zela pela Casa Abrigo na ilha do Faial, garante o funcionamento de três centros de atendimento em São Miguel, Faial e Terceira, nesta última através do Centro de Informação e Promoção de Políticas para a Igualdade (CIPA), prestando apoio jurídico, psicológico e social a pessoas fragilizadas e que carecem efetivamente deste tipo de auxílio.

A título de intervenção mais global, a UMAR desempenha ainda um papel de elevado relevo na sensibilização para o combate à violência doméstica, na formação sobre as multidiscriminações e na promoção do debate público sobre a igualdade de género.

Nesta ocasião, reconhecendo o importante trabalho da UMAR nos Açores ao longo do último quarto de século, numa área da vida social de acentuado relevo e sensibilidade, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º Aniversário da presença da UMAR nos Açores.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento à UMAR Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

Disse.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem dito!

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017

**Os Deputados Regionais,** Duarte Freitas, Carlos Ferreira, Monica Seidi, Paulo Parece, Luís Garcia e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau, tem a palavra.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS aproveita este momento, este espaço para prestar homenagem às mulheres e homens vítimas de violência doméstica.

Saúda igualmente a UMAR Açores pelo seu 25.º aniversário, lembrando aquela que foi também a criação da delegação regional e aqui, naquela que é a importância do envolvimento das pessoas, saúda, muito em particular, a Sra. Clarisse Canhe, a Sra. Maria José Raposo, todas as voluntárias que prestam diariamente o seu trabalho, assim como os colaboradores.

A UMAR nos Açores, assume um papel preponderante no combate à violência doméstica e na promoção da igualdade de oportunidades. Tanto uma, como outra, importa que haja sempre uma questão de querer mexer com consciências e a UMAR Açores tem-no feito ao longo deste tempo.

É neste sentido, que o Grupo Parlamentar associa-se a este Voto e referencia que efetivamente tem um voto de igual teor para apresentar, que será feito no próximo Plenário, mas gostaríamos aqui de forma calorosa, de nos associarmos ao Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 25 anos da Escola Secundária Vitorino Nemésio, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### 25 anos da Escola Secundária Vitorino Nemésio

Por Decreto Regulamentar Regional nº 29/92/A é criada na cidade da Praia da Vitória, para entrar em funcionamento no ano escolar de 1992-1993, a Escola Secundária Geral e Básica de Vitorino Nemésio.

Uma obra implantada numa zona essencialmente urbana, da responsabilidade do arquiteto Jorge Farelo Pinto que tem como seu patrono o grande poeta, romancista, jornalista e professor Vitorino Nemésio.

A sua área corresponde a cerca de 20.000 m<sup>2</sup> incluindo campos de jogos e recreios. Os seus espaços interiores do edifício caracterizam-se por amplos corredores, bem iluminados com luz natural que dão acesso às salas de aula, laboratórios, seminários, oficinas, convívio de alunos e refeitório. Toda a área envolvente ao edifício escolar é composta por zonas verdes. Salienta-se também

o Complexo Desportivo que serve a comunidade escolar e a população envolvente.

Atualmente sob o nome Escola Secundária Vitorino Nemésio comemora 25 anos de existência de dedicação à educação no concelho da Praia da Vitória, Ilha Terceira e Região Autónoma dos Açores.

A sua área pedagógica integra a totalidade das freguesias que constituem o concelho da Praia da Vitória.

Neste momento conta com 920 alunos no ensino básico, secundário, PROFIJ, profissional, REATIVAR e mediatizado, 114 docentes, 31 assistentes operacionais, 17 assistentes técnicos, 6 técnicos superiores, 2 técnicos informáticos e 1 chefe de pessoal administrativo.

São eles a alma de um edifício que ao longo de 25 anos tem servido no sentido de formar cidadãos não só para ingressar no Ensino Superior, mas também para integrar a vida ativa. Em virtude de ser projetada para corresponder à necessidade dos Cursos Técnico-profissionais, esta escola tem ótimas condições para a lecionação dos atuais Cursos Profissionais e de ProFij, nomeadamente nas áreas de Informática, Gestão, Serralharia, entre outras. Atendendo a estas características e considerando o crescimento no setor de serviços, esta escola tem procurado esforçadamente possibilitar formação em contexto de trabalho, visando a integração dos alunos na vida ativa. Para o efeito têm vindo a estabelecer-se protocolos com empresas locais, nomeadamente, agências de viagens, mediadores de seguros, serralharias e instituições públicas, no âmbito do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ).

No seu percurso de vida destacamos:

- A diversificação da sua oferta formativa, salientando-se que foi uma das escolas piloto no projeto Implementação do Ensino Recorrente Mediatizado nos Açores e em Portugal Continental;
- A criação de diversos Clubes Escolares;

- O protocolo com a Área Escolar da Praia da Vitória que, através da colocação de uma Educadora de Infância, viabilizou a abertura de uma sala de Jardim de Infância a funcionar no edifício;
- A informatização de todos os setores organizacionais;
- A adesão ao Projeto Qualidade XXI;
- O desenvolvimento de projetos internos para fins sociais;
- O papel relevante do serviço de Psicologia e Orientação nos processos de tomada de decisão e na orientação vocacional;
- A existência de serviços internos diversificados no sentido de dar resposta às necessidades básicas da comunidade educativa;
- O serviço prestado pela Biblioteca Escolar em atividades extracurriculares, de enriquecimento curricular, na promoção da literacia e na qualificação das aprendizagens;
- A criação do projeto "O Bengaleiro" no ano letivo 2012/2013, em consequência do agravamento da situação sócio cultural ou económica em diversas famílias;
- O desenvolvimento dos Jogos Desportivos para a inclusão no âmbito do projeto "Papagaios de Papel - Rumo a uma Sociedade para Todos";
- A certificação da escola na Rede de Escolas Associadas da UNESCO a partir de 2015;
- O dinamismo e participação da associação de estudantes na vida escolar;
- Participação nos Projetos do Parlamento dos Jovens Ensino Básico e Ensino Secundário, e no Concurso Nacional de Leitura, com resultados de destaque e distinção, quer a nível regional, quer nacional;
- Participação nos Jogos Desportivos Escolares e em projectos da DRD, como campeonatos de MegaSprinter e Mega Salto, com classificações de relevo na região e no país;
- Distinção com a bandeira Eco Escola desde 2016/2017;

- Participações de destaque no âmbito do Projeto SEGURANET, nas Olimpíadas de Informática e da Física, cuja distinção foi além-fronteiras;
- Organização de atividades como semana da língua e cultura francesas, bem como das línguas germânicas, semana da escola, Bailinho de Carnaval, marcha de São João e comemoração de dias mundiais;

Estas são apenas parte das imensas ações protagonizadas pela comunidade escolar Vitorino Nemésio ao longo de um quarto de século; muito fica aqui por nomear, do tanto que já se concretizou.

Em suma, a Escola Vitorino Nemésio tem sabido afirmar-se sobretudo pela qualidade do ensino que ministra, contando com uma equipa alargada de funcionários, professores e alunos, que voluntariamente dinamizam várias ações de apoio educativo e social.

Eu sou testemunha como praiense e como aluno.

No labirinto da memória, a coincidência acontece,

Permitindo à nossa História, reviver o que a vida oferece.

Na Vitorino estudei, cresci, eduquei o meu ser

E hoje regressei para lhe enaltecer.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD AÇORES propõe um voto de congratulação à Escola Secundária Vitorino Nemésio, pela comemoração do seu 25.º aniversário.

Que do presente voto se dê conhecimento à Escola Secundária Vitorino Nemésio, Câmara Municipal da Praia da Vitória e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Disse.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muitíssimo bem!

Horta, Sala das Sessões, 14 dezembro de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, César Toste, Luís rendeiro e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É com natural satisfação que o Grupo Parlamentar do PS se associa a este Voto. A Escola Secundária Geral e Básica de Vitorino Nemésio, como todas as escolas, é responsável pelo saudável desenvolvimento dos nossos jovens, ao nível de todas as facetas da sua personalidade e crescimento.

Com ela podem seguir um caminho digno e construir uma vida, com base no sonho de cada um.

É este propósito que enaltecemos aqui hoje e sempre e também como mãe!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O último Voto de Congratulação refere-se ao 3.º lugar a nível nacional de Vanessa Pamplona Silva na Taça Nacional de Dressage, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

**3º lugar de Vanessa Pamplona Silva na Taça Nacional de Dressage**



Vanessa Pamplona Silva, nasceu a 4 de agosto de 1992 em Angra do Heroísmo, no seio de uma família com tradições sobejamente reconhecidas na tauromaquia terceirense e nacional.

Neta de Raul Pamplona, personalidade incontornável na afición da Terceira, e sempre pronto a ensinar e a formar novos valores, Vanessa Pamplona Silva desde cedo despertou o interesse e paixão pelas atividades relacionadas com a arte equestre.

Se aos primos Tiago e João Pamplona coube a missão do Toureio a cavalo, Vanessa desenvolveu uma enorme paixão pela arte de montar, aperfeiçoando os seus dotes diariamente no Picadeiro da Quinta do Malhinha, onde a Dinastia Pamplona exhibe a sua escola de Toureio.

O percurso desta jovem cavaleira iniciou-se em 2003, quando participou nas Provas de ensino no âmbito da Feira do Cavalo e Toiro, na ilha Terceira, onde obteve o 1º lugar da classificação geral, com apenas 11 anos, repetindo a mesma proeza no ano seguinte.

Em 2007, numa competição organizada pela Associação Regional de Dressage e Equitação dos Açores, conquistou a Taça Açores de *Dressage*, feito este que repetiu no ano seguinte, obtendo ainda o 2º lugar no Campeonato Regional desta modalidade.

Com este resultado, abriram-se as portas para uma nova realidade, permitindo assim a participação em provas Nacionais, nomeadamente a fase final do Campeonato de Portugal em Reguengos de Monsaraz.

Estes excelentes resultados voltaram a repetir-se em 2009 e 2010, no escalão de Juniores, obtendo consecutivamente o 1º lugar no Campeonato Regional dos Açores de *Dressage* e um 2º lugar na Taça Açores de *Dressage*, sendo assim apurada para as finais Nacionais.

A partir do ano de 2011, Vanessa Pamplona Silva eleva a fasquia, e a par das competições, inicia o percurso académico universitário na Universidade de Lisboa, ingressando no curso de Medicina Veterinária.

Rigorosa, persistente e apaixonada pelos animais, são estas as principais qualidades que a fazem manter o nível de excelência quer no desporto, quer na sua vida académica.

Em 2012 e 2013, volta a vencer a Taça Açores de *Dressage*, conseguindo assim o apuramento para mais uma final Nacional, desta vez realizada em Sintra, na Quinta da Beloura.

Já 2015 e 2016 anos finais do Curso, a atleta decide de forma muito ponderada e pensada, participar apenas em algumas provas locais, estratégia esta que em nada prejudicou o seu excelente percurso, uma vez que em 2017 “volta em força” para vencer a Taça Açores de *Dressage* e participar na final Nacional.

Esta prova decorreu nos passados dias 1, 2 e 3 de dezembro, e salienta-se que a atleta obteve um honroso 3º lugar da classificação geral.

Vanessa Pamplona Silva é assim um exemplo açoriano de dedicação, conciliando a sua carreira desportiva com os bons resultados anteriormente explanados e a realização de um Mestrado Integrado em Medicina Veterinária que concluiu no passado mês de setembro, com distinção.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta um Voto de Congratulação a Vanessa Pamplona Silva pelo 3º lugar alcançado na Taça de Portugal de *Dressage*, decorrido entre 1 e 3 de dezembro do presente ano em Alfeizerão.

Que do presente voto seja dado conhecimento à atleta, bem como ao seu treinador, Tiago Pamplona e ao clube que representa, a Quinta do Malhinha.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

**Os Deputados**, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Paulo Parece, César Toste, Luís Rendeiro e António Vasco Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Fátima Ferreira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, associa-se a este Voto de Congratulação, apresentado pelo PSD à Vanessa Pamplona Silva, pelo 3º lugar alcançado na Taça Nacional de *Dressage*, que aconteceu entre 1 e 3 de dezembro em Alfeizerão, as nossas congratulações, os votos de continuação e de muito sucesso.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Considerando que o PSD esgotou o tempo que tinha disponível para o PTAP, não vai ser possível apresentar os Votos de protesto que tinha entregue à Mesa.

Sendo assim, vamos dar andamento aos Votos de Protesto, mas dos outros que deram entrada na Mesa.

O primeiro, assim, é o do CDS sobre a gestão do IMAR.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Protesto**

#### **Pela gestão lesiva do IMAR no Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca**

As recentes cartas de despedimento enviadas aos investigadores do IMAR ligados ao Programa Nacional de Recolha de Dados de Pesca configuram um manifesto ato de gestão danosa e pernicioso para aquilo que são os compromissos assumidos pela Região Autónoma dos Açores para com a República e para com a Comunidade Europeia.

O facto de a alínea e) do artigo 6º da Portaria 63/2016 estipular o IMAR como o responsável pela recolha e tratamento de dados biológicos e de variáveis transversais (esforço e descargas);

O facto de o IMAR ser a única entidade regional legitimada e com capacidade de se candidatar ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas;

O facto de o Programa Nacional de Recolha de Dados de Pesca ser financiado a 100% das despesas elegíveis, e de estas suportarem inclusivamente a massa salarial associada;

O facto de o anterior triénio, 2014/2016, ter sido o primeiro a ser financiado ao abrigo da supracitada portaria, e ter correspondido aos preceitos para obter o financiamento;

O facto de, volvidos 11 meses do segundo triénio, 2017/2019, candidatáveis ao FEAMP ao abrigo da supracitada portaria, sem aparente incumprimento por parte da equipa de investigadores, vir a administração do IMAR resolver os contratos, quando o programa de trabalho já estava aprovado;

O facto de esta resolução de contratos colocar em causa a normal prossecução do referido programa;

O facto de os investigadores ligados a este programa terem assegurado a recolha destes dados há mais de uma década, serem agora descartados numa atitude para nós, incompreensível e injustificada;

O facto de não ter sido apresentada, por parte do IMAR, uma solução para a prossecução da recolha de dados, e de, pesando o facto de este programa ser uma obrigação da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, esta é uma responsabilidade do Instituto em causa;

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pela gestão lesiva dos interesses do IMAR que está a resolver os contratos dos investigadores ligados ao Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca, sem justificação aparente, e de esta decisão pôr em causa a recolha e análise de dados necessários ao apoio à decisão política e governamental, bem como as obrigações da região para com a República e para com a Comunidade Europeia nesta matéria.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos do IMAR-CIC, nomeadamente ao Conselho Científico, ao Coordenador e ao Conselho Consultivo, bem como aos investigadores e técnicos adstritos ao Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca.

Obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Os Deputados,** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Contente** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo daquilo que o Governo já anunciou que é, caso o encerramento do IMAR se venha a verificar por decisão da Universidade dos Açores e da sua autonomia universitária, o Governo também já anunciou que vai analisar soluções possíveis que dependem fundamentalmente de três fatores: das condições estabelecidas nos contratos em vigor; da pertinência dos projetos em causa, como é este projeto da recolha de dados; dos parceiros, dos recursos humanos, materiais e também da sua execução.

É preciso dizer também que o Governo Regional neste ano de 2017, apoia em termos de financiamento três grupos de projetos, uns diretamente ligados à administração regional, nas áreas da conservação e também da gestão dos recursos haliêuticos ou de pesca, e também do conhecimento científico de algum modo está associado às espécies marinhas que existem nos Açores; por outro lado, também há um segundo grupo de projetos que é apoiado pelo Governo na área da implementação da Diretiva 4, da estratégia marinha; e um terceiro grupo que ao abrigo da programa operacional Açores 2020, o que perfaz já neste ano projetos pagos, muito mais de 900 mil euros, que significa também o interesse que tem sido posto neste momento até ao IMAR.

Mas, nós de facto entendemos que este Voto de Protesto faz todo o sentido porque é também um sinal da Região e das forças políticas da região que é preciso ter atenção a essa gestão e sendo a Universidade dos Açores a responsável por essa gestão, o Grupo Parlamentar do PS quer ainda clarificar melhor todas essas situações e por isso chamará à Comissão competente o Presidente do IMAR, o Coordenado do programa da recolha de dados, uma funcionária deste programa da recolha de dados, que parece que já foi despedida, e o antigo Presidente do IMAR que agora, como sabem, é Deputado ao Parlamento Europeu.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PS vai apoiar, neste espírito de clarificação e de defesa intransigente de um organismo, que é o IMAR, como o Governo tem feito noutra perspetiva, este Voto de Protesto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Dizer que o BE se associa, sem nenhum tipo de dúvida e veementemente a este protesto que o CDS traz a esta Casa, este Voto de Protesto, por uma razão também a acrescer a todas aquelas que já foram aqui referidas por anteriores Deputados, o seguinte: respeitar a autonomia da Universidade dos Açores, não é pô-la acima de qualquer tipo de crítica, portanto sem lesar a autonomia das decisões e da administração, é legítimo pôr em causa a bondade dessa administração, a justeza dessa administração e a lisura dessa administração.

Portanto, é com esse espírito, não de invadir um terreno que bem sabemos que não é o nosso, mas dar um sinal, como aqui já foi dito, desta Casa a que esta preocupação e esta estupefação perante aquilo que está a acontecer ao IMAR e aos seus colaboradores, seja muito clara e audível, fora deste Parlamento.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Protesto é do BE pelo reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

### **VOTO DE PROTESTO**

#### **Pelo reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump**

Por iniciativa do Presidente Donald Trump os Estados Unidos da América passaram a reconhecer Jerusalém como capital do Estado de Israel, pretendendo, num futuro próximo, transferir a sua embaixada de Telavive para esta cidade.

Esta decisão, que não conhece precedente na história diplomática internacional, atenta contra todos os esforços de paz, do passado e do presente, e patrocina a perpetuação do conflito israelo-palestiniano, configurando assim uma ameaça à estabilidade social de toda a região do Médio Oriente.

A Organização das Nações Unidas nunca reconheceu Jerusalém como capital do Estado israelita, nem mesmo a ocupação de Jerusalém Oriental em 1967, posição que tem sido seguida pela comunidade internacional, que tem sediado os seus serviços diplomáticos em Telavive.

Jerusalém é considerada sagrada por cristãos, judeus e muçulmanos, e é por isso que a ONU tem recomendado que o estatuto Jerusalém seja negociado entre israelitas e palestinianos. Aliás, nos Acordos de Oslo, na década de 90, o estatuto final da cidade de Jerusalém foi remetido para futuro acordo entre as partes, reconhecendo a necessidade de uma solução negociada e consensualizado no quadro da evolução do processo de paz.



A preocupação face a esta decisão foi também já manifestada pelo Papa Francisco, que lembrou o carácter multi religioso de Jerusalém, e apelou a um compromisso de respeito com o estatuto da cidade, em conformidade com as resoluções da ONU.

**Assim, nos termos Estatutários e Regimentais aplicáveis e no quadro da defesa dos Direitos Humanos, da Liberdade e da Democracia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores condena o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, e reafirma o seu entendimento de que só o cumprimento do Direito Internacional e a negociação política conduzirão a uma decisão, quanto ao estatuto final da cidade e a uma solução pacífica do conflito entre Israel e a Palestina.**

Deste Voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e a todos os Partidos nela representados, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América.

Obrigado.

Horta, 14 de dezembro de 2017

**O Grupo Parlamentar do BE/Açore, Zuraída Soares, António Lima**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membro do Governo:

Nós apoiamos este Voto porque de facto o PS, aliás é uma questão que tem sido devidamente acompanhada a nível nacional mas nós não nos eximimos a essas reflexões aqui nos Açores e esse voto também nos dá esta possibilidade, nós manifestamos preocupação com algumas posições da política externa dos Estados Unidos, não só este exemplo que o BE aqui traz, mas também, por

exemplo, a tentativa de renunciar ao acordo que foi estabelecido com a República Islâmica do Irão, isto porque este tipo de medidas estão a enfraquecer as forças moderadas nesses Países e são com essas forças que nós podemos construir e resolver alguns dos maiores e mais difíceis problemas da política internacional contemporânea e ao mesmo tempo estão a reforçar as alas radicais nesses Países e isso é claramente uma situação que toda a comunidade internacional, aparentemente menos o Sr. Trump, queria evitar.

Mas o PS Açores também não comete outro erro: nós não confundimos a política errada da administração Trump, com aquele grande farol de liberdade e de esperança que representa os Estados Unidos e o povo americano. Isso também deve ser dito nesta altura.

Por ultimo, nós gostávamos também de referir que esta solução dificulta um caminho muito longo que foi percorrido e um caminho muito difícil, em que o nosso país tem tido um contributo interessante, inclusivamente sendo um dador para a agência especializada para a ajuda aos refugiados palestinianos e de facto o próprio PS, isso apenas uma curiosidade, também já acompanhou várias vezes delegações da Fatah, que é um partido moderado que governa a Cisjordânia, um dos territórios do Estado Palestino e que é precisamente o partido do Presidente Mahmoud Abbas, precisamente uma das forças moderadas que tem ajudado a construir uma solução para o difícil problema.

A dificuldade aqui é que na Faixa de Gaza o poder é detido pelo Hamas, que é apoiado pelo Hezbollah, são as forças radicais e são precisamente esses radicais que saem reforçados por essa decisão do Presidente Trump, e nós lamentamos.

Por todas essas razões apoiamos a iniciativa do BE.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Secretário, para uma interpelação tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias:

Sra. Presidente, faço uma interpelação à Mesa para lhe colocar uma questão relativamente à condução dos trabalhos e ao nosso agendamento e tem a ver com o seguinte: o Governo solicitou a V. Exa. o agendamento de uma Comunicação ao Parlamento para este período legislativo.

Tivemos oportunidade de discutir esse agendamento na Conferência de Líderes de segunda feira. Na altura recordo-me que quer a Sra. Presidente, quer também o BE, propuseram que o Governo pudesse fazer essa Comunicação, imediatamente a seguir aos Votos de Pesar.

**Deputado André Bradford (PS):** É verdade!

**O Orador:** Recordo-me que na altura o PPM opôs-se a essa possibilidade e essas alterações carecem de unanimidade.

Tendo em conta este bloqueio do PPM, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bloqueio!

**O Orador:** ... à Comunicação do Governo neste período legislativo, eu pergunto-lhe se será possível que o Governo faça a sua Comunicação e não sendo agora, quando é que o Governo poderá fazê-lo?

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, a Comunicação do Governo tem lugar no PTAP, portanto não sendo possível fazê-lo, até porque já esgotámos o nosso tempo dedicado a estes assuntos, que geralmente é a manhã dos nossos trabalhos, o Governo só poderá fazer a Comunicação no Plenário de janeiro, se nalgum dos dias do nosso período legislativo, houver lugar ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação que me antecedeu é claramente abusiva, na medida em que, e é a questão que lhe vou colocar, o que o PPM defendeu foi que se deveria cumprir aquela que é a prioridade que é dada a estes assuntos, por parte do Regimento. A prioridade que é dada no Regimento é que primeiro se votam e se discutem os votos e depois então a Comunicação do Governo.

Portanto, não faz sentido, absolutamente nenhum que o Governo tenha qualquer tipo de privilégio em relação aos grupos parlamentares e que se abra qualquer tipo de exceção, que beneficie o Governo.

Eu também podia propor na Conferência de Líderes que em vez de ter dez minutos para discutir agora, tivesse meia hora.

**Deputado António Parreira (PS):** Não é a mesma coisa!

**O Orador:** O que é que diriam os outros? Não, o senhor tem que cumprir o Regimento e não pode ser privilegiado!

Evidentemente que aqui nesta questão, a questão muito específica é: qual é a prioridade que estabelece o Regimento, em relação à discussão e votação dos votos e à Comunicação do Governo?

Mais uma coisa: o que é que aconteceu em relação ao último pedido e à última informação, por parte do Governo Regional, no sentido de informar a câmara e informar a Sra. Presidente, que pretendia realizar uma Comunicação, porque antes deste pedido já existiu outro nesta Legislatura. Também queria perguntar-lhe o que é que sucedeu em relação a esse pedido?

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação ao pedido que me faz:

Em relação ao primeiro, sim, quer um, quer outro descreveram aquilo que aconteceu na Conferência de Líderes, portanto a prioridade que existe no Regimento é aquela que o Sr. Deputado referiu, no entanto a Conferência de Líderes, por unanimidade pode, como já fez por várias vezes alterar, aliás acabámos de fazê-lo hoje mesmo, quando decidimos votar os votos de pesar em primeiro lugar. É uma alteração ao Regimento, decidida por unanimidade da Conferência de líderes, mas Sr. Deputado, não vem mal ao mundo por isso, porque a Conferência, apesar de tudo, perante os constrangimentos que o Regimento por vezes nos traz, tem sido soberana em fazer as alterações que entende melhor para o bom funcionamento deste Parlamento;

Relativamente à segunda questão, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu peço imensa desculpa, mas não me recordo de todo se houve sequer mais algum pedido para Comunicação do Governo para esta Legislatura. Não me recordo mas vou tentar saber nos meus registos e depois dou-lhe a resposta.

Peço desculpa, o Sr. Deputado André Bradford já tinha pedido a palavra para uma interpelação, terei que lhe conceder ...

*(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)*

**Presidente:** ... apesar de pensar que também não é importante fazermos render este debate, mas tem a palavra Sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS)**: Não se trata de fazer render o debate, trata-se de uma interpelação do Partido Socialista.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No mesmo espírito de esclarecimento que tem sido utilizado até agora, eu pretendia saber, Sra. Presidente, se na Conferência de Líderes que nós tivemos foi tomada, ou não, alguma decisão de forma unânime entre os vários Grupos e Representações Parlamentares, que altera o que está disposto no Regimento, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: A Sra. Presidente já disse!

**O Orador**: ... contrariando aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão de que nós praticamos sempre tudo o que está estabelecido no Regimento, portanto por causa disso o Governo não teve o tempo que necessitava para fazer a sua Comunicação à Assembleia?

Pergunto em concreto se nós nessa mesma reunião tomámos, ou não, alguma decisão por unanimidade que alterou o que estava estabelecido no Regimento, nomeadamente no que diz respeito à ordem e à prioridade que deve ser dada aos vários tipos de votos?

Portanto, num caso o Sr. Deputado Paulo Estêvão achou que era legítimo, no outro caso quis votar contra. Foi o único que votou contra, impedindo dessa maneira o Governo Regional de ter tempo para fazer uma Comunicação à Assembleia.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Parece (PSD)**: Faz em janeiro!

**Presidente**: Sr. Deputado, respondendo concretamente às suas questões, sim, de facto é verdade que aconteceu nessa Conferência de Líderes, como já aconteceu noutras.

Por vezes os nossos trabalhos exigem que se façam pequenos ajustamentos e a Conferência é chamada a pronunciar-se sobre esta matéria e sempre que estão

em causa as normas regimentais, como é óbvio, tem que haver unanimidade, sob pena de depois nem sequer termos uma regra. Foi isso que aconteceu.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estive, novamente, a consultar os meus dados sobre estas questões e verifiquei, não há qualquer tipo de dúvida, que o Governo, a última Comunicação nesta Legislatura, que comunicou à Mesa que pretendia fazer, retirou essa Comunicação.

**Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** O que isso tem a ver?

**O Orador:** Sra. Presidente, já estamos há 5 ou 7 minutos nesta discussão, também lhe quero perguntar a quem é que pertenciam os votos que deveriam ter sido lidos, porque já estamos fora da hora regimental a seguir, quem é que tinha direito e quais eram os três próximos votos, que seriam discutidos, se o PS e o Governo não têm provocado estas interpelações, quais os votos que seriam lidos a seguir? Essa é a questão que lhe colocar.

Outra questão que lhe quero colocar é se o PS, por exemplo, nas reuniões da Conferências de Líderes, se o PPM não apresentou de facto a sua discordância em relação ao facto de durante quatro dias de debate do Orçamento, só ter 15 minutos para poder intervir e se o PPM esteve de acordo com os tempos que foram propostos e têm sido impostos pelo PS?

**Presidente:** Sr. Deputado, para que não me falhe a memória, em relação à Comunicação, obrigada por me lembrar, de facto não me recordava.

Relativamente à questão dos tempos, sim, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, apesar de já ter tido mais 5 minutos do que era anteriormente utilizado, sim, voltou a dizer que gostaria de ter mais tempo para poder intervir.

Os três votos de protesto que ainda faltavam ler, são do PPM e serão renovados para a reunião plenária de janeiro, assim como a Comunicação, se o Governo assim o entender.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quase que me sinto na obrigação de interpelar, embora não perceba bem o que é que nós estamos a interpelar.

A verdade é que em Conferência de Líderes, por iniciativa do BE, houve a proposta posta em cima da mesa, de que o Governo pudesse fazer a sua Comunicação. O BE não tem medo das Comunicações do Governo!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Não tem medo de lhe dar tempo de antena nesta Casa, bem pelo contrário, estamos sempre dispostos a ouvir, nem que seja para contradizer e para criticar.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas há quem tenha!

**A Oradora:** Portanto, nós fizemos essa proposta, que teria sido aceite, tanto quanto percebi, se não houvesse da parte do PPM uma oposição.

Portanto, isto é claro, é nítido, não há interpelação para mais coisíssima nenhuma.

De facto, chegámos ao fim do PTAP e o Governo não fez a sua Comunicação, como era óbvio e desconfio bem que da próxima vez também não o fará, porque haverá votos em cima de votos para que o Governo não o faça.

**Deputado André Bradford (PS):** Ora aí está!

**A Oradora:** Portanto, lamento mas é a minha interpretação!

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Parece (PSD):** É legítimo apresentar votos!



*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não lhe vou dar mais a palavra porque isto não é um debate sobre aquilo que aconteceu na Conferência de Líderes.

Vou dar a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira, porque efetivamente o CDS ainda não se pronunciou sobre esta matéria, apesar de achar que o que nós estamos a fazer é replicar a discussão que fizemos na Conferência de Líderes.

*(Aparte inaudível)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estou a falar para todos e acho que os assuntos que nós falamos na Conferência de Líderes devem ficar na Conferência de Líderes. Mas ainda assim, não vou impedir ninguém de poder falar sobre esta matéria, mas Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento, já é a terceira interpelação à Mesa que faz ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Fui referenciado!

**Presidente:** Foi referenciado mas isto é uma interpelação à Mesa, apesar da latitude que já me é habitual conceder nestas matérias.

Portanto, Sra. Deputada Graça Silveira, e para encerrar porque penso que não há mais inscrições, diga da sua justiça em relação a esta matéria, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Partindo do princípio que as questões que são discutidas em Conferência de Líderes, ficam na Conferência de Líderes, o CDS não iria pronunciar-se.

Uma vez que foi trazida à discussão, eu devo, em tom de esclarecimento dizer que a Sra. Deputada Zuraida Soares não fez bem uma proposta, ela colocou uma questão, com legitimidade e perguntou ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Foi uma proposta, sim senhora!

**A Oradora:** ... se as Comunicações do Governo, não teriam preferência, ao qual a Sra. Presidente esclareceu que só tinha preferência sobre as declarações políticas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E a seguir?

**A Oradora:** A seguir, então, ficou muito indignada porque o Governo nunca teria tempo de falar nesta Casa, ao qual o CDS disse que em declarações políticas também, desde que começámos esta nova Legislatura, ainda nenhum partido político teve oportunidade de fazê-las e às vezes há *timings* onde um partido quer fazer a sua declaração política e fica condicionado a todos os votos que os outros partidos queiram apresentar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**A Oradora:** Em abono da verdade foi isto que aconteceu.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, penso que é uma questão de Regimento, o Regimento existe, a Sra. Presidente ontem já disse, e bem, que se os Srs. Deputados não estão satisfeitos com o Regimento, apressem-se a alterá-lo.

Muito obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Penso que ficou esclarecida a situação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para defesa da honra da bancada e vou explicar-lhe ...

**Presidente:** Sr. Deputado, não é preciso explicar.

Não houve nenhuma expressão, por parte da Sra. Deputada Zuraida Soares, lesiva da sua honra ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Houve! Houve!

Sra. Presidente pelo menos dê-me oportunidade de explicar-lhe com duas frases o que aconteceu.

**Presidente:** Não! Não!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não posso ter medo de uma Comunicação, cujo objeto não sei. Não sei do que é que devo ter medo!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, o respeito em relação a todos nós, começa exatamente por respeitarmos os outros.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, sei que estava a tentar ainda poder falar mais sobre este assunto. Eu já tinha dito à câmara que o assunto estava encerrado, poderá agora durante a hora de almoço esclarecer aquilo que tiver que ser esclarecido.

Um bom almoço para todos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

*Eram 13 horas e 11 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos entrar na Agenda.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado André Bradford, pediu a palavra para uma interpelação, julgo eu.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Para informar a Mesa, e bem assim esta câmara, que vou entregar na Mesa a ata da reunião extraordinária de 6 de junho de 2017 do Conselho de Ilha da Graciosa, onde foi elaborado o parecer sobre o diploma que discutimos ontem aqui nesta Casa e em que se confirma que o Sr. Deputado Manuel José Ramos esteve presente na qualidade de Deputado Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de recebido pela Mesa será então distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Vamos então entrar na Agenda, nomeadamente no ponto 8: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques”**.

Este projeto de DLR é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os do processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é a seguinte: esta iniciativa prevê **a alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques.**

Muito sinteticamente a proposta reporta-se exclusivamente ao ajustamento das periodicidades de inspeção dos motociclos e ciclomotores, passando a

periodicidade de inspeção destas categorias, a partir do quarto ano, a contar da data da primeira matrícula, de anual para bianual.

É preciso ter em conta que a legislação nacional em relação a esta matéria estabelece precisamente isso, que se pretende agora alterar, e que mesmo esta alteração incluindo inclusivamente a de 29 de novembro de 2017, na medida em que não está regulamentada, não está a ser aplicada no território continental do País e também na Região Autónoma da Madeira.

Devo dizer que esta é uma matéria que já foi discutida no âmbito deste Parlamento, por diversas vezes, fundamentalmente em 2015 temos uma Petição, dirigida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo Clube de Motards de Santa Maria, que expunha esta discriminação, esta situação que prejudica os motards dos Açores em relação aos seus congéneres a nível nacional e a nível também da Região Autónoma da Madeira e que na altura, e é importante referenciar esta questão, as conclusões foram as seguintes (estou a falar do relatório referente a uma Petição do Clube Motard de Santa Maria),

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Que não subiu a plenário!

**O Orador:** ... que não subiu a Plenário mas temos aqui o relatório ...

**Deputado André Bradford (PS):** Não era para falar da sua iniciativa?

**O Orador:** Sra. Presidente, não percebo esta interrupção do Sr. Deputado André Bradford, tem sempre que criar problemas onde eles não existem ...

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e criar um regime de conflitualidade nesta câmara, completamente a despropósito, provocando incidentes parlamentares constantemente.

**Deputado André Bradford (PS):** Era um aparte!

**O Orador:** Eu estou a referenciar, V. Exa. depois dir-me-ia a seguir ...

Sr. Deputado André Bradford, já que me provocou, se eu estivesse no seu lugar diria o seguinte: “Então, mas o senhor o que está a fazer é copiar uma proposta

que era do Clube Motard de Santa Maria! O senhor não traz aqui nenhuma novidade!”.

Eu, com a seriedade que caracteriza as minhas intervenções, estou eu próprio a fazer referência da paternidade desta reivindicação.

Portanto, esta é uma intervenção séria, Sr. Deputado André Bradford ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Fale na paternidade!

**O Orador:** As duas coisas, Sra. Deputada! A maternidade se quiser, também. Não tem qualquer tipo de preferência nessas matérias!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Onde está a mãe? A mãe?

**O Orador:** Devo dizer-lhe que o saudoso Deputado Jorge Macedo, perguntou no âmbito da discussão desta matéria qual o timing que o Governo julga ser adequado para essa alteração de legislação, nomeadamente a entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores?

Respondeu, o anterior titular da pasta referente a esta matéria o seguinte: “O Secretário Regional respondeu que o objetivo do Governo, era que a mesma fosse entregue até ao final do corrente ano de 2015, refiro corrente ano de 2015, referindo que este era um processo que já estavam a trabalhar há algum tempo e que requeria alguma avaliação técnica do parque porque a tipologia de utilização dos veículos era diferente”.

O compromisso é de 2015, por parte do Governo.

Por parte do Parlamento o compromisso é o seguinte, nas conclusões e no parecer que então foi aprovado por unanimidade, pelo PSD, pelo PS e também pelo CDS-PP:

1 – Reconhecer que presentemente, tal como é referido pelo representante do peticionário, existem divergências entre a legislação regional e a legislação nacional sobre a mesma matéria;

2 – Salientar a disponibilidade do Membro do Governo Regional, com competência na matéria em apreço, para proceder através da competente

iniciativa legislativa a apresentar em breve, a apresentar em breve (estou a falar de 2015), na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à respetiva alteração da legislação regional, de forma a corrigir a situação, isto é, uniformizando os regimes.

Ora, o que é que há aqui (vou voltar a repetir)?

Há um compromisso do Governo, assumido em 2015 de uniformizar os regimes, ou seja, os regimes da Região Autónoma dos Açores, em relação ao regime que vigora no território continental do País. Este compromisso é de 2015.

Bem, estamos praticamente no final de 2017 e este compromisso ainda não foi executado.

Eu sei que existem hoje um conjunto de alterações, a última é esta de novembro, que estão a ser efetuadas a nível nacional.

Da minha parte, de uma forma construtiva, o que eu quero aqui dizer à Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, é que se o Governo assumir o compromisso de proceder a uma alteração, porque é isso que se percebe através do parecer que o Governo fez chegar à Assembleia Legislativa em relação a esta mesma matéria, que é um parecer que tem essencialmente seis pontos e em que se percebe que o compromisso do Governo é proceder a uma alteração mais ampla, mas alterar também esta matéria em que reconhece a necessidade de uniformizar os critérios.

Se o Governo e a Sra. Secretária, pessoalmente, assumirem aqui o compromisso de apresentar nesta Assembleia Legislativa, uma proposta de alteração, até ao final de 2018, procedendo a esta uniformização, mais outras matérias que irá incluir com certeza da parte do PPM uma postura construtiva, digo-lhe já e assumo já o compromisso de retirar esta iniciativa, tendo apenas como única contrapartida que solicito, a sua palavra e o seu compromisso político.

Se o fizer, da minha parte, do ponto de vista da postura que caracteriza a minha intervenção, que é sempre construtiva, eu retiro ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não!!

**O Orador:** O Sr. Secretário Berto Messias já está a dizer: não assumo nenhum compromisso!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Na intervenção a seguir, já vai ter a resposta!

**O Orador:** Da minha parte, Sra. Secretária, com a máxima seriedade, tem este compromisso: se o fizer até final de 2018, porque eu percebo também que terá alguma vantagem proceder a uma alteração mais ampla, até porque os estudos estão todos feitos. Em 2015, o Secretária já dizia que os estudos estavam efetuados, portanto em 2015.

Se existir esse compromisso, Sra. Secretária, da minha parte eu retiro a proposta e tenho a certeza que a Sra. Secretária cumprirá a sua palavra.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**(\*) Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo daquela que vier a ser a decisão do PPM em relação a esta iniciativa, permitam-me dizer o seguinte: desde 2004 que nos Açores, e apenas nos Açores, os motociclos, ciclomotores, tratores agrícolas e seus reboques, são sujeitos a inspeção técnica de viaturas, contrariamente ao modelo que foi aplicado no restante território nacional.

Mas assim é, e bem, porque esta Assembleia teve a capacidade de perceber que a inspeção deste tipo de veículos era um contributo adicional para a segurança rodoviária nos Açores.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!



**O Orador:** No entanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, não há qualquer argumento técnico para que a partir do quarto ano, após a atribuição da matrícula, essa inspeção se realize anualmente, eu repito, não há qualquer argumento técnico para que essa inspeção se realize anualmente e não havendo qualquer argumento técnico para o efeito, é um encargo financeiro acrescido para os proprietários dos motociclos, ciclomotores e tratores agrícolas que na nossa opinião não se justifica.

Também é verdade que desde 2012, portanto há 5 anos, que o Governo vem assumindo que está a ultimar a legislação e que vai legislar nesta matéria, mas até aqui nunca o fez.

Portanto, só há duas razões para justificar, ainda hoje, esta obrigatoriedade: ou a sujeição em interesses económicos, ou a preguiça legislativa do Governo, que há 5 anos diz que vai legislar e até agora não o fez.

É importante registar aqui que a fatura, ou da sujeição a interesses económicos, ou da preguiça legislativa do Governo, continua a ser paga pelos açorianos, de forma injustificada.

Portanto, voltando a referir, sem prejuízo da decisão que vier a ser tomada pelo PPM, esta Assembleia tem aqui nas mãos agora uma proposta para, sem colocar em causa a segurança rodoviária, simplificar a vida e diminuir os encargos dos açorianos e açorianas que possuem motociclos, ciclomotores, tratores agrícolas e seus reboques.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Quaro rodas, bom; duas rodas, mau!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Efetivamente houve uma Petição que acabou por não subir a Plenário porque não tinha um número de assinaturas suficientes para poder ser aqui discutida, mas que foi discutida em sede de Comissão de Economia e na altura o Sr. Secretário foi ouvido.

Mesmo que a Sra. Secretária, que neste momento tutela a questão dos transportes, aceite o desafio do Deputado Paulo Estêvão e ele retire a sua iniciativa, há uma explicação que tem que ser dada nesta Casa para toda a demora que aconteceu neste processo.

A questão dos tratores agrícolas, entende-se porque na Região, ao contrário de na República, os tratores agrícolas podem andar na via pública, é considerado um instrumento de trabalho, portanto obviamente têm que cumprir com uma série de questões, relacionadas com a inspeção.

Agora, aquilo que é completamente diferente são os motociclos com uma cilindrada inferior ao 250 cm<sup>3</sup>, que na Região ao fim de quatro anos só tem que fazer uma inspeção bianual, ou seja, de dois em dois anos, e na Região exige-se que independentemente da cilindrada qualquer motociclo tem sempre que fazer uma inspeção anual.

Na altura, a questão foi colocada diretamente ao Sr. Secretário, por que é que na Região se continuava a manter esta legislação, ou seja, quais eram as especificidades da Região Autónoma dos Açores, que levaria a um maior desgaste dos motociclos, ou que implicaria com alguma questão técnica que fizesse com que andar num motociclo com uma cilindrada inferior a 250 cm<sup>3</sup>, na Região, fosse mais perigoso do que no continente e portanto exigisse um rigor de inspeção muito mais apertado do que acontecia na República?

Na altura, foi-nos informado que já havia imensos estudos feitos, nomeadamente em relação à questão dos tratores agrícolas, que era uma excecionalidade que tinha que ser tida em conta, eu pergunto que excecionalidade técnica é essa dos tratores tão complicada, que já passaram

dois anos e ainda não houve nenhuma alteração legislativa em relação à questão da obrigatoriedade das inspeções?

Querendo acreditar que o Governo é pessoa de bem e que efetivamente existe uma justificação que obrigue a que as coisas se tenham processado deste modo e que não se está aqui a beneficiar as empresas que fazem a inspeção, porque de resto é a única conclusão que se pode chegar: se é seguro, se no continente só tem que fazer a inspeção de dois em dois anos, na Região não há nenhuma questão técnica que justifique e que se obriga as pessoas que têm motas a terem que fazer uma inspeção anual, qual é a conclusão que se pode chegar?

Portanto, Sra. Secretária, mesmo que aceite o desafio do Deputado Paulo Estêvão, e eu percebo que em vez de virmos a esta Casa fazer duas alterações ao mesmo Decreto Legislativo Regional consecutivas, uma apenas por causa das questões de cilindrada, que é o que lhe é levantado aqui e se existem outras coisas mais vastas em relação ao parque automóvel que têm que ser tidas em consideração, mesmo acreditando que assim seja, é-lhe exigida uma explicação aos açorianos que têm andado estes anos todos a pagar inspeções anuais.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega do Governo:

Conforme o Sr. Deputado Paulo Estêvão teve oportunidade de expor na sua Proposta, de facto trata-se de uma alteração muito pontual e que implica a alteração da periodicidade das inspeções a motociclos e ciclomotores.

Todos estamos de acordo quando dizemos que o critério principal que deverá presidir a esta regulamentação e a estas inspeções, para além do carácter técnico deverá ser a prevenção da sinistralidade nas nossas estradas e a segurança rodoviária.

Nessa medida devemos concordar também que temos alguma postura pioneira na aprovação de uma legislação, que desde logo entrou em vigor e não ficou dependente de regulamentação para ser aplicada, conforme aconteceu no continente e na Região Autónoma da Madeira.

Conforme, também o Sr. Deputado teve oportunidade de expor, e concordamos também nesse ponto, uma alteração pontual, para além de má técnica legislativa, neste caso concreto ainda se justificará mais, porque sem perder de vista a especificidade da nossa realidade, pretende-se igualmente uma harmonização com a legislação nacional, legislação essa que ainda recentemente, no passado dia 29 de novembro, produziu o Decreto-Lei 144/2017, que novamente se vem pronunciar também sobre inspeções a veículos, ainda que em estrada, trazendo ainda mais algum acrescento nesta matéria, nomeadamente com algumas definições que importam, no nosso trabalho, adaptar.

Portanto, posto isto a alteração da legislação regional insere-se de facto num quadro mais vasto e respondendo à Sra. Deputada Graça Silveira, essa também a razão de algum atraso na produção da legislação regional...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas já estava tudo estudado!

**A Oradora:** Repare saiu no dia 29 de novembro, legislação nacional com a qual nos devemos conformar, na medida em que inclusivamente implica transposição de quatro diretivas comunitárias.

Portanto, respondendo também à sua pergunta e sendo que esta alteração se enquadra num quadro mais vasto de adequação e de harmonização com a legislação nacional, eu não tenho qualquer problema, julgo que será possível corresponder ao seu desafio e durante ano trabalharmos nesta aspeto, sendo que na proposta em concreto de redução do prazo dos dois, para um ano, concordo que deve ser suportado num estudo, numa informação técnica, que nos permita dizer que o alargamento de um ano para dois anos, não põe em causa os nosso

principais princípios de evitar a sinistralidade nas nossas estradas e privilegiar a segurança rodoviária.

Portanto, Sr. Deputado, julgo que neste ano podemos trabalhar nisso, sim senhor.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Bem, sobre esta matéria dois apontamentos apenas.

O BE adia para finais de 2018 a sua avaliação sobre se na realidade o compromisso que a Sra. Secretária acabou agora de assumir com o PPM é cumprido, ou não, mas tenho uma observação a fazer, ou eu não li bem o relatório de comissão, ou então o estudo a que a Sra. Secretária se refere que tem que ser feito e é moroso, já estava em andamento e tanto quanto percebi, pronto a ser terminado.

Espero que não haja um segundo estudo para nós em 2018 adiarmos para 2019 uma avaliação.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Mas temos legislação nova, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Portanto, agradecia algum esclarecimento sobre essa matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

Prescinde?

Sendo assim passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, srs. membros do Governo:

Na medida em que da parte do BE questionou o Governo Regional, vou dar a oportunidade a que o debate prossiga porque o que eu iria dizer é que tendo o Governo assumido essa responsabilidade, de até 2018, apresentar aqui nesta Assembleia uma iniciativa legislativa nesta matéria, nós vamos de facto cumprir a nossa parte também, que é retirar a proposta para permitir que esta alteração mais genérica se faça.

Não posso deixar de dizer o seguinte, como aqui bem foi referido por outros Deputados, que em 2015 o Governo dizia que já tinha os estudos concluídos e que ainda naquele ano, em 2015, iria proceder à alteração.

De qualquer das formas, uma vez que o BE colocou uma questão ao Governo Regional, eu não quero interromper neste momento o debate, para permitir realmente que todas as dúvidas sejam esclarecidas.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas vai retirar ou não vai retirar?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega do Governo:

Sra. Deputada, o que eu referi foi que na proposta que se pretende apresentar, não me vincularia ao aumento da periodicidade de um, para dois anos, sem um estudo técnico que me assegurasse que o aumento da periodicidade dessas inspeções não pusesse em causa a segurança rodoviária e a prevenção com o objetivo máximo de prevenção da sinistralidade nas nossas estradas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem! Isso é que é ponderação!

**A Oradora:** Se de facto tecnicamente houver sustentação para o alargamento desse período, pois a nova legislação poderá contemplar esta periodicidade.

Muito obrigada.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada do CDS parece que foi a única que não ouviu rigorosamente nada, ou a mesma coisa que os outros.

Eu não ouvi a Sra. Secretária se comprometer que em 2018 iria apresentar alteração ao decreto.

Aquilo que a Sra. Secretária disse, foi que se comprometia em 2018 a trabalhar no assunto, que são duas coisas completamente diferentes, porque em termos de trabalhar no assunto, em 2015 o Sr. Secretário dizia o seguinte: “este é um processo que já estamos a trabalhar há algum tempo e que requer alguma avaliação técnica do parque, porque a tipologia de utilização dos veículos é diferente”.

Na altura, e já na altura, eu perguntei ao Sr. Secretário: quais são as especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exige que tenhamos uma legislação diferente e se com a análise técnica que já foi feita do parque atual, há possibilidade que os motociclos de cilindrada inferior a 250 cm<sup>3</sup>, passem a estar isentos da obrigatoriedade de inspeção anual?

Ao que o Sr. Secretário respondeu que já havia estudo técnico e que já se percebia o que era. Que inicialmente verificou-se que na Região havia uma predominância de veículos de baixa cilindrada (que eram as motinhas, as 50) e depois passou a haver as de 125, que aumentou imenso, portanto que o parque agora tinha uma característica diferente, mas que o estudo já estava todo feito na altura e que no final de 2015 se iria proceder efetivamente à alteração do Decreto Legislativo Regional.

Mas já agora pergunto-lhe: se as tais Diretivas da Comunidade que têm que incluir nesta alteração, algumas delas se refere às questões da periodicidade da

inspeção de motociclos com cilindrada inferior a 250 cm<sup>3</sup>? E se é, que nos explique e aproveite para nos esclarecer?

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu julgo que tentei ser explícita, mas tentarei ser mais explícita ainda.

Comprometemo-nos a apresentar um diploma novo, ou uma revisão do diploma, neste âmbito, até ao final do ano de 2018.

No que se refere às transposições das diretivas, Sra. Deputada, como bem sabe as diretivas preveem uma periodicidade e deixam aos estados membros, a fixação dessa periodicidade.

Se esta Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, entender que em nome - novamente, da prevenção da sinistralidade, que nesta Região ainda continua a ser das mais baixas do País – e em nome da segurança rodoviária, têm que se impor inspeções a veículos com 50 cm<sup>3</sup> (as aceleras), pois isso será.

**Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem!

**A Oradora:** Agora volto a dizer desde que devidamente fundamentada, apresentada aos Srs. Deputados e os senhores apreciarão a proposta, se vale a pena, ou não, manter essas inspeções, em nome da segurança rodoviária.

Muito obrigada.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Rodrigues** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sra. Membro do Governo:



De facto, estamos aqui a discutir uma proposta do PPM, que pretende fazer a segunda alteração ao DLR 18/2004/A, que foi alterado uma primeira vez em 2006 e conforme foi muito bem dito ali pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira previu, e bem, a inspeção periódica dos motociclos e ciclomotores e também dos tratores na Região Autónoma dos Açores, uma posição que foi pioneira na altura e que foi muito bem vista para garantir também os menores níveis de sinistralidade na Região Autónoma dos Açores.

O PPM, e também bem, na exposição dos seus motivos refere que já decorreram mais de dez anos, após a última atualização e o PS concorda claramente que deve haver uma reflexão sobre todo este conteúdo e toda esta legislação, garantindo a sua atualização aos nossos dias, às evoluções tecnológicas, também verificadas em todos os veículos.

Refere também que a entrada em vigor da legislação nacional, segundo o Decreto-Lei n.º 144/2012, e o PS também concorda que nesta revisão deve ser tida em conta a evolução legislativa nacional, que tem ultimamente transposto inúmeras Diretivas Comunitárias, sobre o tema da segurança rodoviária, com especial ênfase para as questões das inspeções periódicas.

O PPM, ainda hoje, e uma vez que a sua proposta é anterior à legislação publicada recentemente, em novembro, há cerca de 15 dias, também referiu que há novas evoluções e que essas devem ser tidas em conta numa análise global de todo o sistema definido para as inspeções periódicas na Região Autónoma dos Açores, que visam essencialmente reforçar a segurança dos veículos, com o objetivo de reduzir ainda mais o número de acidentes, de feridos, de mortes, promovendo assim também a segurança dos utentes na via pública.

O PS considera que, e uma vez que já houve aqui um compasso de espera, relativamente ao compromisso que na altura o Sr. Secretário, Vitor Fraga referiu em 2015, uma vez que estamos com legislação recentemente aprovada e

que o Governo considerou que em 2018 tem condições de entregar nesta câmara a proposta de alteração global que também tem em conta as questões aqui levantadas pelo PPM, o PS considera que devemos esperar, claramente, por essa proposta.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O PS quer ver uma revisão global, integrada, que se avalie o tipo de centros, os veículos que estão sujeitos ou não, a sua periodicidade, a introdução ou não de inspeções técnicas na estrada, um conjunto de questões que têm vindo a ser alteradas e que o PS considera que também devem ser refletidas por todos nós, tanto pelo Governo, como pelos Deputados aqui nesta Casa.

Dito isto, é óbvio que vamos esperar agora pela decisão do PPM, para depois definir aquilo que esta bancada irá fazer sobre este assunto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pronto, cumprir a palavra dada.

Retiro então a iniciativa que está em discussão, tendo em conta o compromisso que o Governo Regional assumiu nesta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Ao abrigo do art.º 118.º do Regimento, o proponente retira a iniciativa, como tal está encerrado este ponto.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação tem a palavra.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 16 horas e 10 minutos.

*Eram 15 horas e 42 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 14 minutos.*

Entramos agora no ponto 9 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 59/XI – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a cedência, à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), de parcela de terreno, na ilha do Faial, da propriedade da Região Autónoma dos Açores, e a consequente celebração de um contrato de cooperação-valor investimento com o objetivo de assegurar o financiamento necessário à execução de obras de construção e edificação de um centro de atividades ocupacionais”.**

Este pedido de urgência foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Para justificar esta urgência tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como certamente terão tido oportunidade de ler, eventualmente, este Projeto de Resolução, passo só a explicar genericamente por que é que se prende esta urgência de análise em Comissão.

Ora, este Projeto de Resolução prende-se com o facto de atualmente se verificar no Faial uma necessidade de maior abrangência naquilo que concernem os Centros de Atividades Ocupacionais.

O que existe atualmente no Faial é um CAO, sob a jurisdição da Santa Casa da Misericórdia da Horta que, efetivamente, já não tem capacidade de resposta

para aquilo que são as necessidades locais e a outra oferta que existe, neste momento no Faial, é o projeto da APADIF, que é o Moviment'Arte.

O Moviment'Arte é um programa que presta um serviço que até se poderia enquadrar como um CAO, não fosse o facto de os funcionários estarem sempre na precariedade de saber se o projeto vai ou não funcionar no próximo ano, ou no próximo programa de apoios;

Também não fosse o facto de não ter um horário regular;

Não fosse, também, o facto do seu funcionamento não cobrir, por exemplo, o horário laboral e não poder assim ser uma opção para todos aqueles que necessitam desta oferta e não tendo lugar no CAO existente, nem outra ocupação diurna, acabam por obrigar as próprias famílias a uma gestão mais difícil do seu tempo;

Não fosse, também, o facto de não possuir ateliers onde desenvolver a sua atividade;

E o facto de não possuir instalações onde confeccionar e proporcionar as refeições aos utilizadores do projeto.

A APADIF é uma Associação já com um longo historial nesta ilha e que pugna verdadeiramente pela inclusão e que promove desde o tango inclusivo, à vela adaptada e completará no próximo ano de 2018, os 25 anos de atividade.

O CAO na APADIF, também, é já uma pretensão antiga desta Associação, é uma pretensão com quase dez anos.

A urgência para a análise em sede de Comissão, justifica-se pelo facto da APADIF ter atualmente no Moviment'Arte 34 utentes, sendo que para 24 destes utentes, o Moviment'Arte é a única oferta e a única alternativa que possuem na Ilha do Faial.

Prende-se, também, com o facto de o Moviment'Arte ter um financiamento de índole anual, através do programa ATL Esperança e deste ser insuficiente para concretizar, em pleno, o projeto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição?

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No entendimento do Grupo Parlamentar do PSD esta questão é efetivamente urgente, por três ordens de razão:

Em primeiro lugar, porque quem conhece a APADIF e a atividade que ela desenvolve, sabe que as pessoas, e são muitas, com necessidades especiais que frequentam esta Associação, precisam de facto de um Centro de Atividades Ocupacionais, que lhes preste uma resposta social adequada e com estabilidade; Em segundo lugar, essa questão é no nosso entendimento também urgente porque a capacidade de resposta desta valência na Ilha do Faial está absolutamente esgotada;

Em terceiro lugar, a terceira ordem de razões por que esta matéria é efetivamente urgente, porque também o CAO que existe na Santa Casa da Misericórdia da Horta, para além de ter a sua capacidade absolutamente esgotada, tem também umas instalações absolutamente inadequadas que funcionam num pré-fabricado que serviu de uma enfermaria retaguarda, no sismo de 1998.

Pensamos, por isso, que quem conhece essas matérias, quem conhece a dificuldade destas famílias na Ilha do Faial, efetivamente estas questões são urgentes, é urgente a sua discussão e a sua decisão sobre esta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, segue agora para a Comissão dos Assuntos Sociais para a sua tramitação.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto **10 -Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 58/XI – “Recomenda ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo e o fim das ausências de carácter permanente e sem recurso a substituição do respetivo Conservador”**.

**Este pedido de urgência foi requerido** pela Representação Parlamentar do PPM e para justificá-lo tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 6 de novembro, a Representação Parlamentar do PPM deu entrada de um Projeto de Resolução que Recomenda ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo, tendo em conta que o mesmo se encontrava encerrado há algum tempo e que era urgente que o serviço recomeçasse a funcionar.

Entretanto, ao longo de todo este tempo a situação manteve-se, a nossa intenção inicial era ouvir diversas entidades sobre esta matéria, mas uma vez que há praticamente três meses que a Conservatória não funciona e que as pessoas

estão a enfrentar situações do ponto de vista da resolução de questões legais bastante importantes cada vez mais difíceis, inclusivamente deslocando-se para outras Conservatórias, é de facto urgente que este Parlamento se pronuncie, de forma mais rápida possível, sobre esta questão, na tentativa de resolvê-la.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, agora sim para apresentar a iniciativa.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como há pouco vos referenciei na apresentação da urgência e na defesa da urgência desta questão, a população da Ilha do Corvo está a enfrentar um problema de ausência do Estado nesta matéria, ao longo do período de três meses, em que a instituição só funcionou dois dias, durante estes três meses, e em que se acumularam um conjunto de questões absolutamente inaceitáveis, cuja resolução é de facto muito, muito urgente.

É uma tremenda injustiça para a população da Ilha do Corvo que o Estado abdique desta forma de exercer as suas funções.

É de facto um exercício de soberania, é de fato também uma função de cidadania.

O funcionamento desse serviço é fundamental em qualquer concelho dos Açores, em qualquer concelho do País e de facto a lei prevê que as Conservatórias existam em todos os concelhos do País.

De facto, as autoridades do Estado, com o atual Governo da República, com outros governos anteriores, as autoridades do estado em muitas áreas funcionam mal e às vezes, neste caso, é um caso extremo, estamos a falar de um período de três meses em que esta entidade deixou de funcionar por doença da funcionária.

É importante aqui referenciar que o quadro de pessoal, o mapa de pessoal da Conservatória do Registo Civil, prevê três funcionários: um conservador notário, um segundo ajudante e um escriturário.

O que acontece é que ao longo destes anos tem sido particamente um escriturário que tem assegurado o funcionamento do serviço, o escriturário, por exemplo, também não pode realizar algumas das competências que cabem à Conservatória, nomeadamente os testamentos públicos, ela não está autorizada a desempenhar estas funções, o que significa já de si um funcionamento deficiente em relação ao resto do País, na medida em que à Conservadora tem-lhe sido concedidas mobilidades sucessivas, ou seja, apesar de desempenhar funções na Município do Corvo tem exercido nos últimos anos funções e tem sido autorizada para tal para desempenhar funções na Ilha de S. Miguel.

Bom, esta situação tem vindo a prejudicar claramente a Ilha do Corvo, mas agora atingiu já uma situação de autêntico escândalo, que é não funciona de todo, porque a escriturária está doente e, entretanto, a entidade competente não promoveu a sua substituição e não resolveu de facto a situação.

Devo dizer, também, em relação a esta matéria que eu bem sei que estas são competências do Estado e só do Estado. Bem sei que é da competência do Estado, bem sei que é ao Governo da República e às entidades que o Governo



da República tutela nesta matéria que cabe a resolução desta situação, mas considero que o Parlamento dos Açores não pode deixar de ter uma palavra decisiva nesta matéria, porque trata-se de uma ilha, de uma poluição que está claramente prejudicada e nós devemos alertar o Estado, eu diria mesmo, exigir ao Estado a sua imediata resolução.

Também quero dizer e anunciar, aproveitar esta oportunidade para anunciar que apresentarei até ao mês de janeiro, uma iniciativa legislativa no sentido de regionalizar estes serviços, tal como já sucede na Madeira.

Devo dizer que sou um autonomista convicto ...

*(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)*

Ah, sim, sim, Sra. Deputada! Vou dizer-lhe uma coisa: se fossemos nós ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não tem nada a ver!

**O Orador:** Sra. Deputada, não tem nada a ver? Tem tudo a ver!

Eu acho que os açorianos e o poder autonómico funcionam melhor que os serviços do Estado.

Eu acho que nós funcionamos, a proximidade, a nossa responsabilidade, a solidariedade que temos com estas populações faz com que independentemente do partido que governa, o poder autonómico é um poder mais presente, mais preocupado e é um poder que resolve este tipo de questões. É por isso que nós temos autonomia.

*(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)*

A Sra. Deputada fez um aparte e eu estou respondendo ao seu aparte.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Ah! Muito obrigada!

**O Orador:** Estou aproveitando o seu aparte!

Devo dizer-lhe que considero que a Região Autónoma dos Açores também nesta matéria deve fazê-lo, aliás como estou a dizer, como já se faz na Madeira que regionalizou estes serviços.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Quem é que paga?

**O Orador:** Para já e enquanto não temos competências nesta matéria, o que nós devemos fazer é exigir ao Estado que cumpra as suas funções, exigir ao Estado que de facto não abandone esta população e que cumpra as suas obrigações legais.

É neste sentido que solicito aos diversos Grupos e Representações Parlamentares que apoiem esta iniciativa, que apoiem a resolução desta questão, que apoiem a população do Corvo. Esta e só esta, a outra Sra. Deputada Zuraida Soares, terá oportunidade de votar a partir de janeiro.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. secretário Regional.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta em apreço, sendo aquilo que é aqui proposto, uma pronuncia por iniciativa própria do Parlamento, é obviamente uma matéria eminentemente parlamentar.

De qualquer forma não posso deixar de referir duas ou três questões que me parecem importantes e também algumas matérias que evoluíram nos últimos dias e que tem também a intervenção do Governo dos Açores e daí o meu pedido de intervenção.

De facto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem toda a razão, o Estado tem a obrigação de cumprir a sua obrigação (passe o pleonasma) em qualquer território português e em qualquer ilha dos Açores seja em Santa Maria, seja em S. Miguel e seja também no Corvo.

De facto, a situação que está a ocorrer naquela ilha e o défice de serviço prestado aos corvinos neste âmbito não pode, nem deve continuar, portanto, partilhamos a preocupação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que já tinha materializado através de proposta neste parlamento e que também já nos tinha chegado por outras vias, não só pela parte e pala voz do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo e também pelo Grupo parlamentar do PS, através do Sr. Deputado Iasalde Nunes.

A verdade é que há uma situação, é certo de difícil gestão que decorre desde logo da doença da pessoa que lá prestava serviço, desde logo foram desenvolvidos também, segundo a informação que temos, um conjunto de mecanismos para através de mobilidade interna garantir imediatamente a sua substituição.

Esse aviso por preenchimento de vagas por mobilidade interna e o prazo para que fosse possível, digamos, preencher essa vaga terminou no passado dia 12, ninguém manifestou essa intenção, mas isso não faz com que o Ministério da Justiça deixe este assunto e tem que agora desenvolver todos os procedimentos necessários através, quer dos mecanismos ao alcance da administração, no caso administração pública nacional, quer através, se necessário for, de concurso público para que este serviço seja garantido também na Ilha do Corvo.

A esse propósito posso também dizer-vos e anunciar que sendo esta uma primeira responsabilidade do Estado, que tem essa obrigação, tem essa responsabilidade e tem que cumpri-la, seja no Corvo, seja em Santa Maria, seja noutra ilha qualquer, já desenvolvemos um conjunto de contatos com o Ministério da Justiça, relativamente a esta matéria e transitoriamente está a ser já desenvolvido um procedimento interno, com a participação da RIAC, da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão que, durante este período transitório, que se espera que seja curto, vai recolher os processos no Corvo para que os possa

remeter para a Conservatória mais próxima e ter um tratamento o mais célere possível.

É o contributo que damos para tentar minimizar aquilo que é uma possível forma de prejudicar os habitantes da Ilha do Corvo.

Daremos este contributo na minimização dos danos desta matéria, mas é bom relembrar: esta é uma responsabilidade, em primeira instância, do Estado que tem naturalmente que assumi-la e tem que resolvê-la, mas também tendo em conta os contatos que desenvolvemos com o Ministério da Justiça, temos a informação de que esse assunto está a merecer o melhor tratamento interno, para que seja resolvido muito rapidamente.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, vou repetir-me um bocadinho, mas ...

Discutimos agora o Projeto de resolução apresentado pelo PPM, que pretende recomendar ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo e o fim das ausências do Conservador e sua substituição.

De facto, esta Conservatória encerrou em meados de setembro, por doença da única funcionária existente;

De facto, após o encerramento, a Conservadora, residente em Ponta Delgada, deslocou-se ao Corvo, em meados de novembro, a fim de garantir o funcionamento desta Conservatória, adoecendo ao fim de dois dias;

De facto, esta Conservatória após meados de setembro só esteve aberta ao público dois dias. Ponto parágrafo.

Sei que alguns partidos da oposição gostariam que disséssemos o contrário, sendo este um assunto da responsabilidade do Governo da República e sendo o Governo da República da mesma cor política desta bancada.

O Grupo Parlamentar do PS defende sempre, e reitero, defende sempre, em primeiro lugar os açorianos e neste caso particular os corvinos em detrimento de qualquer interesse partidário.

Este problema tem que ser resolvido com a maior celeridade possível.

Os corvinos estão a ser prejudicados com o encerramento desta Conservatória.

Os corvinos têm, como todos os açorianos, assuntos legais, alguns deles obrigatórios, prediais e de notariado para serem tratados e resolvidos.

No entanto, não podemos ser injustos ao dizer que nada foi feito. Não podemos dizer que não houve interesse, nem boa vontade em arranjar uma solução para este problema.

O Grupo Parlamentar do PS, assim como o Governo Regional, e logo que teve conhecimento desta situação foi acompanhando de perto e tentando contribuir para a solução do mesmo.

Temos Deputados do PS, na Assembleia da República, eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, pelos açorianos e que estão também atentos aos problemas de todos os açorianos.

Sabemos que o Instituto dos Registos e Notariado tentou deslocar o funcionário substituto provisoriamente e que o mesmo não foi possível por não haver interessados.

Em consequência e com o objetivo de pôr fim a esta situação o IRN, por deliberação do Conselho Diretivo deste, de 28 de novembro, fez público um procedimento simplificado de seleção de um ajudante e de um Conservador, em mobilidade para a ilha do Corvo.

No entanto, e como sabemos, estas coisas têm os seus prazos legais e levam o seu tempo, daí e principalmente pela primeira parte do título deste Projeto de Resolução, sem prejuízo no restante onde se lê, e passo a citar: “Recomenda ao Governo da República que providencie junto das entidades competentes a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo, o Grupo Parlamentar do PS votará a favor desse Projeto de Resolução e desta recomendação”.

Sei, já o conheço bem, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão dirá mais tarde que foi porque o PPM veio a público, que se tomaram medidas para resolver este assunto.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Se o faz feliz, fique com o seu troféu imaginário.

Ao Grupo Parlamentar do PS o que importa é o bem-estar e a defesa de todos os açorianos, e neste caso particular, de todos os corvinos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Iasalde Nunes, veio aqui reconhecer que de facto isto é um problema que existe, que nos preocupa a todos, independentemente do partido, nós apresentamos esta proposta, podia ter sido o senhor, mas não foi, podia tê-la apresentado aqui no Parlamento dos Açores, tinha essa competência, tal como eu a tenho, mas não o fez, inclusivamente e evidentemente que também os Deputados do PS poderiam também tê-lo feito a nível da Assembleia da República.

Eu tenho acompanhado essa situação e publicamente do ponto de vista das posições que, entretanto, foram tomadas, devo dizer que registo uma do PSD, que fez um requerimento na Assembleia da República sobre esta matéria. Esse requerimento é público e foi feito por um Deputado eleito também pelo círculo eleitoral dos Açores, que se preocupou com essa questão e também fez essa referência.

**Deputado André Bradford (PS):** Fazer requerimentos resolve problemas! Tem um fetiche por requerimentos!

**O Orador:** Devo dizer - aqui não interessa, já demonstrei mesmo na anterior discussão, tive oportunidade até de retirar uma iniciativa apenas com a palavra do Governo Regional, no sentido de que iria resolver a questão que eu estava a colocar - que a mim o que me interessa é resolver os problemas, não me interessa dizer que fui eu, ou que foi outro partido qualquer, a mim o que me interessa é resolver os problemas da população. Tenho dado provas disso e mesmo há cerca de duas horas tivemos a prova disso mesmo. A mim o que me interessa é a resolução das questões.

Sr. Deputado, o Sr. Secretário Berto Messias dizia: “Bom, de facto o Governo da República tem desenvolvido alguns esforços nesta matéria!”.

Vamos ver uma coisa: uma situação em que a Conservatória do Registo Civil fica fechada três meses, bom, esses esforços são insuficientes! É o mínimo que podemos dizer.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso já é outra coisa!

**O Orador:** Eu pergunto se isto que acontece, se acontecesse em Sintra, noutra localidade ou noutra município qualquer do País, eu tenho as minhas dúvidas que fosse possível manter esta situação durante três meses noutra zona do País! Mas como é o Corvo, eles estão ali distantes, pronto no Corvo esta situação prolonga-se durante três meses.

Eu pergunto: não há mecanismos mais eficazes?

Aqui é concedida todos os anos mobilidade à senhora Conservadora, embora não possa ser substituída.

Eu pergunto: isto é uma situação normal?

Ela pertence ao quadro pessoal, não é substituída, nunca lhe é dada mobilidade?

Alguém acha isto normal?

Inclusivamente, o próprio quadro de competências que a Conservatória deve desenvolver, fica diminuído porque há um conjunto grande de competências que a escriturária não pode desenvolver. Isto é normal? Este problema não tem a ver apenas com o facto de estar agora fechado nos últimos três meses, também tem a ver com o facto deste serviço há muito tempo funcionar de uma forma completamente insuficiente, em que são concedidos um conjunto de mobilidades incompreensíveis. Para mim é incompreensível que seja concedida mobilidade a uma funcionária que não pode ser substituída ou que não é substituída! Então não é! Tem que ser recusado! Tem que ser dito à funcionária: não lhe podemos dar a mobilidade porque não temos ninguém que possa substituir!

E, alguém é colocado no Corvo, é outra coisa que tem acontecido e vamos lá pôr as coisas em pratos limpos: eu fui professor durante muitos anos na Escola do Corvo. Alguém me obrigou a concorrer? Ou os veterinários que são colocados no canil do Corvo, alguém os obrigou a concorrer para a Ilha do Corvo? À senhora Conservadora, alguém a obrigou a concorrer para a Ilha do Corvo? Ninguém obriga ninguém, na democracia portuguesa, portanto as pessoas concorrem para um serviço, o que é que devem fazer? Desempenhar as suas funções ao serviço do povo, com profissionalismo, com entrega, porque são funcionários públicos também por opção e concorreram para o Corvo também por opção.

Portanto, eu não posso admitir que estas coisas aconteçam recorrentemente.



A senhora veterinária vai para as Flores, embora esteja colocada na Ilha do Corvo, depois não tem habitação. Isto é responsabilidade nossa.

Neste caso, que é da responsabilidade do Estado, a senhora Conservadora tem todos os anos mobilidade, pronto é-lhe dada todos os anos mobilidade, não interessa, os corvinos ficam sem um conjunto de serviços que têm direito, de acordo com a lei!

A questão fundamental para mim, é esta: os interesses da população têm que estar sempre, sempre, sempre à frente dos interesses do funcionário. Sempre!

O primeiro objetivo de qualquer responsável que concede e assina por baixo em relação a um pedido de mobilidade é: quais são os interesses da população? Os interesses da população ficam defendidos com esta concessão desta mobilidade? Não! Então a resposta é não! É este que tem que ser o parecer!

Portanto, esta questão coloca-se agora, mas é algo que já tem vindo a ser falado e as diversas entidades olham para o lado em relação a esta questão, inclusivamente até tive oportunidade de referenciar esta questão ao Sr. Presidente da República. O Estado não pode desertar nenhuma parcela do território nacional e tem que executar as suas funções.

Portanto, esta situação limite a que chegámos, é algo que se arrasta há muitos anos, não é de agora, mas agora ficou pior porque a senhora escriturária ficou doente, que é uma coisa que acontece a todos, e a partir do momento em que fica doente (como o serviço tem três pessoas, mas de facto só trabalha com uma) é impossível estar três meses sem efetuar a substituição? Durante três meses o estado português não consegue substituir a funcionária em questão? Alguém acredita que foi feito tudo o que o Estado podia fazer? Se é só isto que o Estado sabe fazer, então sabe fazer muito pouco.

Devo dizer também em relação à boa vontade do Sr. Deputado Berto Messias ...

**Deputado André Bradford (PS):** Secretário!

**O Orador:** Chamei-lhe Deputado? É o hábito, foi durante muitos anos, durante oito anos, Líder do Grupo Parlamentar do PS, e muito bem, com bom exercício, melhor que o seu, Sr. Deputado André Bradford ...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** É subjetiva esta apreciação. Foi descortês da minha parte, peço-lhe desde já desculpa. Disse, está dito, mas não devia ter dito!

Devo dizer o seguinte, Sr. Secretário Berto Messias: muito cuidado com estas boas vontades em relação ao Estado! Isto são competências do Estado. Se os senhores lhe fazem o trabalho o que Estado vai dizer é: “Bom, isto já está resolvido, o Governo Regional já está a assegurar as coisas”.

Se não resolveram durante três meses, o tempo que está encerrado, então a partir do momento em que há uma solução provisória da questão, esta questão se calhar vai prolongar-se por mais uma série de meses.

Portanto, muito cuidado em relação a esta questão, há que manter sempre um nível de exigência muito grande com o estado. O Estado, evidentemente se sente que alguém faz aquilo que ele deveria fazer, ou que faz dentro do quadro legal que temos, podemos vir aqui a ter um problema e essa situação provisória pode tornar-se uma situação eterna, já aconteceu em muitas outras situações.

Para já, estas são as questões fundamentais.

A autoria da proposta é do PPM, mas evidentemente que a resolução desta questão e esta posição que o Parlamento dos Açores irá tomar é muito importante, é de todos. É de todos os Deputados desta Casa e já vimos que também teve o contributo do Governo Regional e nesse sentido o que nos interessa a todos, estou absolutamente convencido é resolver o problema das populações e esta tomada de posição do Parlamento dos Açores é muito, muito importante.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Bom, não me custa nada e não custa também a esta bancada fazer parte de um comício do Partido Popular Monárquico, mas para isso gostaríamos de ter sido convidados e de ter aceite o convite.

Aquilo que o senhor fez agora na sua última intervenção foi colocar o assunto numa perspetiva que não corresponde àquilo que está no seu Projeto de Resolução.

No Projeto de Resolução a preocupação é legítima e nós acompanhamo-la, é a de solucionar este problema que foi criado por se ter verificado a ausência da pessoa que podia cumprir estas funções essenciais do Estado.

O que o senhor aqui agora disse foi já num grau mais elevado, a criação do novo regime de ocupação dessa vaga sem possibilidade de mobilidade.

Portanto, as questões são diferentes, nós acompanhamos a sua preocupação, já tivemos oportunidade de dizê-lo através do Sr. deputado Iasalde Nunes. Cada um à sua maneira procurou dar o contributo que pode, e que está até obrigado a dar, para a resolução do problema. O senhor gosta mais da via do requerimento, nós eventualmente preferimos uma via que mude de facto as coisas.

Portanto, o senhor gosta de requerimento ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto é um requerimento?

**O Orador:** Não, mas salientou o requerimento do PSD, apresentou um projeto de Resolução, nós procurámos à nossa maneira também ajudar a resolver o assunto.

O que é realmente importante é que ele se está a resolver e não essa postura, muito comum da sua parte, de que a alma do Corvo aqui dentro é o Sr. Deputado.

Todos nós temos essa preocupação, temos um Deputado que exerce essas funções com total empenho e, portanto, contribuímos, felizmente, quando vamos ver quando votarmos, todos para este objetivo comum. Isso é que é realmente relevante e foi para isso que os corvinos elegeram o Sr. Deputado Iasalde Nunes e elegeram o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma intervenção lamentável!

**O Orador:** Portanto, é isso que importa, no fim de contas salientar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, eu não vinha preparado para discutir consigo, porque a questão a seguinte: por que é que vamos discutir se concordamos nesta questão?

**Deputado André Bradford (PS):** Ora aí está!

**O Orador:** O senhor tem sempre que provocar problemas onde eles não existem. É um profissional a arranjar problemas.

Eu devo-lhe dizer: a minha intervenção, um comício? Então eu tive aqui a oportunidade de lhe dizer, tive aqui a oportunidade de agradecer, termino a agradecer o empenho de todos.

Fiz, de facto uma referência, e o senhor sabe que é verdade, em relação ao facto de o Governo Regional estar neste momento a desenvolver mecanismos de substituição em relação à responsabilidade do Estado, chamei a atenção para o perigo que isso representa, porque o Estado evidentemente a partir do momento em que considera que o problema está resolvido, deixa de ter urgência e deixa de ter o mesmo empenho. Chamei a atenção para essa questão porque eu quero,

obviamente, que continue a funcionar uma Conservatória do Registo Civil e Predial na Ilha do Corvo e não um sucedâneo, com menos competências.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Lei de finanças regionais!

**O Orador:** Portanto, o que que quero é que continue integralmente a funcionar este serviço, como todos os outros Srs. Deputados que aqui estão, têm o mesmo objetivo e o senhor chama a isto um comício!

Eu sei que lhe fiz uma referência, sobre a qual já lhe disse que foi uma referência incorreta da minha parte, obviamente já a retirei, o Sr. Deputado ficou melindrado e vem aqui fazer uma intervenção a despropósito.

**Deputado André Bradford (PS):** É a sua opinião e eu respeito!

**O Orador:** Mas a questão fundamental aqui é de facto resolver o problema das pessoas.

Eu coloquei aqui uma urgência, diz o senhor: “Bom, os projetos de resolução não resolvem problemas!”. Resolvem! Os projetos de resolução, toda a atividade dos Deputados, eu apresento muitos, sou o Deputado que apresento mais projetos de resolução nesta Casa...

**Deputado André Bradford (PS):** Eu sei!

**O Orador:** Sabe? Ainda bem!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não tarda nada está chumbado!

**O Orador:** A questão é a seguinte: os projetos de resolução chamam a atenção para problemas, problemas reais e é uma das competências de fiscalização que os Deputados têm, inclusivamente os Srs. Deputados do PS, que eu estranho muito, eu não sei se tem um, dois, ou até nenhum requerimento.

**Deputado André Bradford (PS):** Quando fazemos o senhor estranha!

**O Orador:** O Sr. Deputado consegue obter informação por outras vias.

Os Deputados da oposição quando fazem uma pergunta e obtêm resposta através de requerimento, a resposta é pública, para toda a câmara e para o povo dos Açores.

Os senhores, eu vejo que muitas vezes têm informação que não é pública e que não é partilhada.

**Deputado André Bradford (PS):** Menos, Sr. Deputado! Menos!

**O Orador:** Olhe, alguma da informação que agora foi referenciada!

O que eu acho que é fundamental é o seguinte: os requerimentos, os projetos de resolução, a legislação que produzimos aqui, todos os instrumentos são instrumentos válidos. Sabe o que é que não é válido?

**Deputado André Bradford (PS):** Eu sei!

**O Orador:** É não ter um requerimento, ou não ter um projeto de resolução ou não ter uma iniciativa legislativa para apresentar. Isso é que não é válido! Significa que estamos aqui a vegetar e que não estamos aqui a fazer nada. Isso é que não é válido!

Agora, trabalhar em prol dos Açores, é válido! O Sr. Deputado não deve diminuir a importância de quem trabalha e de quem se preocupa em resolver as questões.

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não diminuí!

**O Orador:** Eu não digo que me preocupo mais do que os outros. Preocupo-me tanto como os outros, faço a minha parte. Quem tem que analisar o trabalho de cada um, é o povo dos Açores.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso é o que dizem as ditaduras da América latina!

**O Orador:** Exatamente, Sr. Deputado! É por isso que eu estou aqui há três legislaturas, sendo cabeça de lista do meu partido!

Devo-lhe dizer que nesta questão o que nos une, é muito mais do que nos separa!

Portanto, o Sr. Deputado em relação a esta questão não vai conseguir criar aqui uma divisão artificial. Há um acordo, esta câmara já manifestou, que é importante resolver esta questão com urgência, Sr. Deputado, e é isso que

vamos fazer. Isto não é nenhum comício, isto é fazer aquilo para o qual estamos mandatados pelo povo dos Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, por aquilo que já foi dito aqui estamos todos juntos e preocupados com a situação da Conservatória da Ilha do Corvo.

O Sr. Deputado referiu-se há pouco ao requerimento que o PSD apresentou na República a inquirir o Governo sobre essa matéria e na minha opinião com algum menosprezo.

**Deputado André Bradford (PS):** Sem desprezo nenhum!

**O Orador:** Ora, o PSD apresentou um requerimento que não é significativo para si, o PS não inquiriu o Governo sobre essa matéria, o Sr. Deputado Iasalde, segundo percebi, verbalmente, comunicou ao Governo essa preocupação e que tem o seu valor, mas é curioso a forma como o senhor menospreza ...

**Deputado André Bradford (PS):** Eu não menosprezo nada!

**O Orador:** ... os instrumentos regimentais que temos à nossa disposição para podermos objetivamente ir ao encontro das necessidades de uma população.

O Sr. Deputado Iasalde há pouco desculpava-se com o tempo que as coisas demoram para se concretizar.

O Sr. Secretário Regional, referiu que já foram dadas instruções à RIAC para recolher os processos e remetê-los a uma outra Conservatória.

Ora, demorou três meses para que se dessem instruções à RIAC para recolher os processos para se remeter a outra Conservatória.

Sr. Deputado, atendendo a que as coisas demoram tempo, era importante dizer aos corvinos mais quanto tempo é necessário para que a situação fique resolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Sr. Deputado Bruno Belo, a si só tenho uma coisa para lhe dizer, muito rápida.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E é porque é para ti!

**O Orador:** O Sr. Deputado lembra-se, na anterior legislatura, já estávamos cá os dois, aqui nestas mesmas bancadas, de quando o seu Governo da República do PSD/CDS, quis encerrar várias repartições de finanças nos Açores, uma delas da sua terra natal, as Lajes das Flores, lembra-se? Eu lembro-me muito bem!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Iasalde, eu vou dizer como disse há pouco o Sr. Deputado Paulo Estêvão: não vai criar aqui um incidente diplomático, é verdade, e nós sabemos o porquê da situação criada na legislatura anterior. Nós sabemos esse porquê!



Mas, somos nós os dois que estávamos na legislatura anterior, que estamos agora e ainda hoje os jornais regionais referem que o atual Governo da República se recusa a pagar o empréstimo à Universidade dos Açores.

Portanto, estamos a falar de quê, Sr. Deputado? Estamos a falar de quê?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos continuar com a nossa Agenda.

O próximo **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão cabe ao Grupo Parlamentar do BE e pede a urgência e a dispensa do Projeto de Resolução n.º 60/XI – “Recomenda ao Governo Regional que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a vila da Povoação”.**

Para justificar esta urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A justificação para esta urgência prende-se, obviamente, com as condições de pouca segurança que a estrada origina, porque é uma questão que já se arrasta há muitos anos, onde transitam diariamente várias centenas de pessoas, inclusivamente autocarros escolares que fazem transportar as crianças para a escola da Vila da Povoação.

Penso que desta forma fica mais do que claro que esta via que tem frequentemente problemas de circulação, principalmente no inverno, é uma via que precisa de uma intervenção urgente, daí a nossa proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para dar nota de que o Grupo Parlamentar do PSD, subscreve o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, porquanto o objeto do Projeto de Resolução é evidente, a recomendação ao Governo Regional para uma intervenção imediata, naturalmente de obras, obras essas que visam construir soluções de segurança para uma via que hoje não é apenas uma via com interesse para os residentes, munícipes do concelho da Povoação, mas tem hoje uma relevância muito grande enquanto a presença de turistas em viaturas ligeiras e em autocarros, que cobre o passeio na Ilha de S. Miguel, na costa nascente, naturalmente em que a preocupação visa essencialmente prevenir que continuem a acontecer incidentes ou acidentes e é na prevenção que se consegue ter sucesso, razão pela qual entendemos que o objeto é claro e não carece de baixar à Comissão.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Essa dispensa e essa urgência de dispensa de exame em Comissão, faz referência a uma intervenção importante e necessária para a segurança de quem circula naquela via, para a economia do concelho da Povoação e até para o próprio bem-estar de quem lá circula.

É por isso mesmo que o Grupo Parlamentar do PS vê com bons olhos aquilo que foi dito em sede de Comissão e ainda há dois dias pela própria Secretária Regional, que o Governo Regional está em condições de estudar a forma de como irá financiar esta obra.

*(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)*

**O Orador:** Ouça!

... estudar a forma de como irá financiar esta obra.

Assim exige a boa gestão dos dinheiros públicos, aliás como todos os partidos da oposição exigiram do Governo na manhã de ontem.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aparte inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputado ...

**O Orador:** Obrigado, Sra. Presidente.

Sabendo esse esforço por parte do Governo Regional, o Grupo parlamentar do PS acha curioso o sentido de oportunidade do BE, em vir apresentar essa urgência que deu entrada ontem, um dia depois das declarações da Sra. Secretária.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** Muito curioso!

Mais curioso é o facto de há duas semanas atrás nós termos apreciado e votado um Plano e Orçamento que previa esse estudo e nenhum Deputado da oposição levantou o dedo para apresentar uma proposta de alteração ao Orçamento, ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Oportunismo!

**O Orador:** ... que aí sim, seria consequente dizendo onde é que iria buscar o dinheiro, dizendo onde é que iria buscar o dinheiro!

Se o fizessem, aí a posição do Grupo Parlamentar do PS teria sido diferente desta que eu estou a ter neste momento.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Tenha calma Sra. Deputada!

**O Orador:** Aí sim, teria sido uma proposta consequente e responsável! Responsável!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É tão importante e urgente esta obra, como é importante o dinheiro público investido naquela obra, já que nós estamos a falar, Sras. e Srs. Deputados de 25 milhões de euros, não é tuta e meia. São 25 milhões de euros!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** O senhor já sabe quanto é!

**O Orador:** Eu recordo, que quem retirou do Quadro Comunitário vigente as estradas, foi o Governo do PSD e do CDS quando eram Governo na República.

*(Apartes inaudíveis)*

**O Orador:** É preciso que não nos esqueçamos disso! É preciso que não nos esqueçamos disso!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Isso é o circuito logístico!

**O Orador:** Por isso é que nós valorizamos o esforço que este Governo tem feito em arranjar a melhor forma e a forma responsável de realizar essa obra.

*(Diálogo entre os Deputados)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isto é a justificação da urgência?

**Presidente:** Sr. Deputado João Paulo Ávila, deve continuar.

**O Orador:** Obrigado, Sra. Presidente.

O nosso sentido de voto sobre esta urgência, já que estamos a falar de uma intervenção que não deve ser encarada de forma leviana, vai no sentido de permitir a sua discussão em Comissão Permanente, com responsabilidade nesta matéria.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu não estava para intervir, mas é efetivamente lamentável que nesta Casa a avaliação das urgências, das iniciativas, se prenda com agendas políticas.

É necessário fazer a estrada, o estudo está feito, há dinheiro! Uma iniciativa do BE que diz, é urgente começar, toda a gente está de acordo que é urgente começar, mas não podemos aprovar uma urgência porque afinal o ónus da responsabilidade do processo se iniciar, não pode ficar no BE.

Portanto, é assim que se avaliam as urgências das iniciativas que podem efetivamente mudar a vida dos açorianos.

Muito obrigada.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O BE lamenta, obviamente o chumbo desta urgência com a justificação de que a estrada eventualmente será construída, não se sabe quando, vão pensar onde é que vão buscar o dinheiro, com a justificação de que foi o PSD e o CDS que tiraram o dinheiro ao Governo Regional para não poderem utilizá-lo nessa estrada.

Mas eu lembro à bancada do PS e ao Governo que em 2007 esta estrada já era prometida e em 2007 o Quadro Comunitário de Apoio previa a comparticipação de estradas.

Três mortes em 2005, Sras. e Srs. Deputados, de uma situação de uma derrocada! Vai ser preciso esperar para que aconteça mais alguma desgraça

naquela estrada para aprovarem alguma urgência, para que essa estrada seja efetivamente arranjada, sejam criadas as condições necessárias, para que as pessoas consigam circular nela em condições?

Não entendemos esse chumbo, mas cá estaremos para discutir quando ela subir a Plenário novamente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(\*) **Deputado João Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma declaração de voto sobre o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS, para dizer o seguinte.

O Grupo Parlamentar do PS, com este sentido de voto não quer mostrar a nenhum cidadão daquele concelho que está contra esta obra.

Nós estamos de acordo com essa obra e é muito importante e na minha intervenção sobre a urgência nós achamos que é mesmo urgente essa obra.

Por isso, e volto a repetir, vemos com bons olhos o trabalho com afinco do Governo Regional em arranjar o financiamento para a mesma, vemos com bons olhos o afinco do Governo Regional em arranjar o financiamento para esta obra.

Volto também a repetir, até porque eu próprio sou um utilizador diário daquela estrada e não há nenhum Deputado nesta Casa, nem sequer nenhum Membro do Governo, que queira mais esta obra do que eu. Isso vos garanto!

Estou nesta Casa também para lutar por essa obra! Garanto-lhes!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Votamos contra este pedido de urgência porque não estamos a falar de uma obra qualquer. Votamos contra porque assim aprovamos uma discussão séria e realista em comissão permanente sobre esta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações para declaração de voto.

Sendo assim passo a ler proposta de deliberação: “**A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro**”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estão concluídos os nossos trabalhos.

Desejo-vos a todos umas boas festas e um bom regresso a casa.

*Eram 17 horas e 11 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo orador

*Deputados que entraram durante a sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

**Mário José Diniz Tomé**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Luís Maurício** Mendonça Santos

*Deputados que faltaram à sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Miguel António Moniz Costa**

***Partido Popular (CDS/PP)***



**Catarina de Oliveira Cabeceiras**

### **Documentos entrados**

#### **1 – Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes – MTSS – (Reg. DL 496/2017 - n.º 60/XI-GR)

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2017 – 12 – 20.

#### **2 – Projeto de Resolução:**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a Vila da Povoação - n.º 60/XI](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Pedido com urgência e dispensa de exame em Comissão.**

#### **3 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Indeferimento de pedidos de mobilidade intercarreiras ou categorias.](#)

**Autores:** Zuraida Soares e António Lima (BE)

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11

**Referência:** 54.06.07 – N.º 354/XI.

#### 4 – Resposta a Requerimentos:

**Assunto:** [Tempo de espera utentes unidade de saúde da ilha de S. Jorge](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 07

**Referência:** 54.01.05 – N.º 265/XI;

**Assunto:** [Requalificação da ribeira de São Bento, no concelho de Angra do Heroísmo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11

**Referência:** 54.06.03 – N.º 317/XI;

**Assunto:** [Centro de interpretação de aves da ilha do Corvo 3](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11

**Referência:** 54.07.09 – N.º 306/XI;

**Assunto:** [Eutrofização da lagoa do Caldeirão](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11

**Referência:** 54.07.09 – N.º 309/XI;

**Assunto:** [Bombeiros nos aeroportos administrativos pela Região](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.04.00 – N.º 294/XI;

**Assunto:** [Operacionalidade do porto da Calheta](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.03.05 – N.º 352/XI;

**Assunto:** [Operacionalidade do porto da Calheta](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.01.05 – N.º 351/XI;

**Assunto:** [Receitas, despesas e dívidas da Saudaçor, SA](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.01.00 – N.º 139/XI;

**Assunto:** [Taxas de ocupação de todas as rotas operadas pela Azores Airlines](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.01.00 – N.º 276/XI;

**Assunto:** [Encerramento do Instituto do Mar](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.01.00 – N.º 337/XI;

**Assunto:** [O péssimo serviço realizado, no âmbito da medicina veterinária, pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e Corvo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13

**Referência:** 54.07.00 – N.º 344/XI.

## **5 – Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício n.º 196, de 2017-12-11, a comunicar a retirada do Projeto de Resolução n.º 32/XI – Recomenda ao Governo a criação de um regime de apoio às práticas agrícolas tradicionais com valor educativo e cultural

**Proveniência:** Deputado João Corvelo

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 11;

**Assunto:** Ofício a enviar remessa de Relatórios aprovados:

- Relatório n.º 18/2017-VIC/SRATC – (Ação n.º 16-407VIC3) – Município de Vila Franca do Campo;

- Relatório n.º 19/2017-VIC/SRATC – (Ação n.º 16-408VIC3) – Associação de Municípios da Ilha do Pico.

**Proveniência:** Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13.

## **6 – Relatórios:**

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de dezembro](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 12;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento \(UE\) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa - MM - \(Reg. DL 261/2017\) – n.º 48/XI-GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 05;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo a Diretiva \(UE\) 2015/1787 - MA” - \(Reg. DL 342/2017\) – n.º 57/XI-GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 12;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/EU - MA” - \(Reg. DL 376/2017\) – n.º 58/XI-GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 12;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 609/XIII/3.ª \(PCP\) que atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho – n.º 111/XI-AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 98/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\) que altera o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico, relativamente a situações existentes não-tituladas – n.º 117/XI-AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2017 – 12 – 13.

**Transcrição efetuada por** *Noélia Escobar*